



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ANA ALICE FERREIRA SANTOS
MARLENE DE SOUZA SILVA

**ORIENTAÇÃO SEXUAL E ADOLESCENTES:
UM ESTUDO NO COLÉGIO ESTADUAL BARÃO DE MAUÁ, ARACAJU- SE**

SÃO CRISTÓVÃO

2017/1

ANA ALICE FERREIRA SANTOS

MARLENE DE SOUZA SILVA

**ORIENTAÇÃO SEXUAL E ADOLESCENTES:
UM ESTUDO NO COLÉGIO ESTADUAL BARÃO DE MAUÁ, ARACAJU- SE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Assistente Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Josiane Soares Santos

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2017/1

FICHA CATALOGRÁFICA

Santos, Ana Alice Ferreira
Silva, Marlene de Souza
S586c Orientação sexual e adolescentes: Um estudo no Colégio Estadual
Barão de Mauá, Aracaju-Se / Ana Alice Ferreira Santos e Marlene de
Souza Silva – Aracaju, 2017.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Josiane Soares Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação – Serviço Social) –
Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Serviço Social.

1. Adolescência; 2. Orientação Sexual; 3. Espaço Escolar. I. Título.

CDU 618.3:616.379-008.64

ANA ALICE FERREIRA SANTOS / MARLENE DE SOUZA SILVA

ANA ALICE FERREIRA SANTOS

MARLENE DE SOUZA SILVA

**ORIENTAÇÃO SEXUAL E ADOLESCENTES:
UM ESTUDO NO COLÉGIO ESTADUAL BARÃO DE MAUÁ, ARACAJU- SE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Sergipe, como
requisito obrigatório para obtenção de título de
Assistente Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Josiane Soares Santos

Aprovado em: ____/____/ ____

Prof.^a Dr.^a Josiane Soares Santos
(Orientadora - UFS)

Prof.^a Dr.^a Rosângela Marques
(Examinadora)

Prof.^a Msc. Ingredi Palmieri
(Examinadora – UFS)

AGRADECIMENTOS

“Não desanime jamais! Talvez chegue ao fim da luta cheio de cicatrizes, mas estas se transformarão em luzes, diante do Pai.” Em muitos momentos pensei que não conseguiria concluir este trabalho. Foram momentos de angústia, choro, medos, acometida a doença, um período de grandes obstáculos, porém de satisfação. Obrigado ao meu grande SENHOR, que segurou em minha mão nas incertezas e angústias, minha imensa gratidão.

Sou grata por eu ter resistido a tantas palavras de negação que ouvi nesse período, fizeram fortalecer na minha jornada, não desisti dos meus sonhos jamais.

A minha família, gratidão por tudo. Ao meu pai Edvaldo, quantas vezes via meu esforço, trazendo palavras de conforto. Minha mãe, minha amiga, inspiração, meu porto seguro, tantas noites de espera e de leitura comigo, as vezes secando minhas lágrimas, pedindo que eu seja como uma leoa, enfrentasse tudo que viesse a frente, amo vocês. Ao meu irmão Dudu, te amo. Também agradeço a minha tia Faustina pela torcida e suas orações.

Aos meus falecidos avós, sei que onde estão, eu estou com vocês. Obrigada por fazer parte dessa jornada, amor eterno. Ao meu namorado Thiago Oliveira, que tanto me incentiva a conhecer mais e vencer meus medos, te amo, gratidão.

Aos meus queridos amigos, Augusto, Lorena, Agnes, Iara, Rafaela Campos, Rafaela Guedes, Thawana, Rita, Tamires, Mariana, Sthepanny, Waldinete, Célia, Cintia, Lissandra, Angélica, Denise. Lisonjeada pelos amigos que tenho e pela sintonia de força e fé que me enviam.

Agradeço aos meus colegas da UFS, Tércia, Ana Cristina, Everton, Walbert, Carol, momentos de muitas risadas e conhecimento com vocês. Perdão se eu tenha esquecido alguém. Agradeço também a minha colega e parceira de projeto Marlene, muitos dias cansativos e com muito sono, gratidão pela sua paciência e compreensão.

Aos meus docentes pelo suporte e aconselhamento em minha formação, levo para a vida tudo que aprendi com vocês. Entre eles, minha professora Maria Cecília Tavares Leite, pelo aprendizado que tive e nos guiar em qual norte a seguir no período que estivemos juntas. Em especial a minha orientadora Josiane Soares

Santos, pela dedicação, paciência, inspiração, o imenso carinho em nos acolher, dar o melhor em transmitir seus conhecimentos, nesse período de grandes decisões, gratidão.

Agradeço por fim, a todos que contribuíram direta e indiretamente para essa conquista.

Ana Alice Ferreira Santos.

Agradeço principalmente a Deus pelas bênçãos derramadas em minha vida durante todo o processo de construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

A todos que estiveram presentes durante essa jornada acadêmica, apoiando e refutando quando necessário. Especialmente as colegas Ana Alice e Denise.

Agradeço a minha mãe Maria Terezinha de Souza Silva, mulher guerreira e amiga que acreditou no meu potencial e me fez acreditar que tudo é possível.

Agradeço a orientadora: Prof.^a Dr.^a Josiane Soares Santos por todo conhecimento oferecido que muito contribuiu para a construção do TCC.

Marlene de Souza Silva

**“A sexualidade faz parte da nossa conduta. Ela faz parte da liberdade em
nosso usufruto desde mundo.”
(Michael Foucault)**

RESUMO

A presente pesquisa tem como tema *Orientação Sexual e Adolescentes*. Trata-se de um estudo qualitativo e exploratório, cuja referência foi o Colégio Barão de Mauá da rede escolar pública de Aracaju- SE. O objetivo principal foi identificar como a escola pode se constituir em um dos meios de acesso à informação sobre sexualidade dos adolescentes. Considera-se o tema complexo, uma vez que falar sobre sexualidade envolve a subjetividade das pessoas e a orientação no ambiente escolar envolve fatores sociais, culturais e as habilidades profissionais para que esta seja efetivada. A análise dos dados e o percurso bibliográfico da pesquisa estão pautados por referenciais que fornecem uma perspectiva crítica da realidade. Esta pesquisa teve como instrumento de coleta de dados um questionário composto com perguntas abertas, aplicado aos estudantes de ensino médio regular da unidade em destaque. Os dados levantados através da observação e dos questionários tiveram grande relevância para as conclusões do estudo e apontaram para o fato de que a transversalidade do tema orientação sexual não é trabalhada no ambiente escolar, focalizando-se apenas nas questões sobre reprodução humana (aparelho genital masculino e feminino, métodos contraceptivos, DST's), em geral, nas aulas de biologia. Contudo, considera-se de suma importância trazer ao universo da sala de aula discussões atuais sobre temas transversais, os quais envolvem sexualidade, gênero, homossexualidade, direitos, lutas, conquistas dos grupos LGBT's, no mundo, Brasil e Sergipe. Percebe-se a importância da orientação sexual no ambiente escolar como ferramenta adicional para o diálogo e reflexão na adolescência dos educandos sobre sua sexualidade, tão aflorada nesta fase.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescência. Orientação Sexual. Espaço Escolar.

ABSTRACT

The present study has the theme Sexual Orientation and Adolescents. This is a qualitative and exploratory study, whose reference was the Barão de Mauá College of the public school network of Aracaju-SE. The main objective was to identify how the school can constitute one of the means of accessing information on adolescent sexuality. The topic is complex since talking about sexuality involves the subjectivity of the people and the orientation in the school environment involves social, cultural factors and the professional skills to be effective. The analysis of the data and the bibliographic path of the research are based on references that provide a critical perspective of reality. This research had as an instrument of data collection a questionnaire composed with open questions, applied to the regular high school students of the featured unit. The data collected through observation and questionnaires were of great relevance to the study's conclusions and pointed to the fact that the transversality of sexual orientation is not addressed in the school environment, focusing only on questions about human reproduction (genital apparatus Male and female, contraceptive methods, STDs) in general, in biology classes. However, it is considered very important to bring current discussions on cross-cutting themes to the classroom universe, which involve sexuality, gender, homosexuality, rights, struggles, achievements of LGBT groups in the world, Brazil and Sergipe. The importance of sexual orientation in the school environment is perceived as an additional tool for the dialogue and reflection in the adolescents of the students about their sexuality, so outlined at this stage.

KEYWORDS: Adolescence; sexual orientation; school space.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Idade	47
GRÁFICO 2 – Sexo	47
GRÁFICO 3 – Série/Ano dos alunos	48
GRÁFICO 4 – Tempo e Escola.....	49
GRÁFICO 5 – Renda Familiar	49
GRÁFICO 6 – Definição de Orientação Sexual	50
GRÁFICO 7 – Concordância com o conteúdo, Orientação Sexual na escola?	51
GRÁFICO 8 – Sobre a orientação sexual em sala de aula	55
GRÁFICO 9 – Quanto a metodologia da abordagem sobre orientação sexual nas salas de aula	57
GRÁFICO 10 – Como a escola pode trabalhar o tema de maneira a incentivar o aluno	60
GRÁFICO 11 – Qualificação do professor para ensinar Orientação Sexual	61
GRÁFICO 12 – Existe na escola discussões sobre gravidez na adolescência e AIDS	63

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
 1 - A SEXUALIDADE HUMANA NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA	
1.1 - Conceituando o Termo Sexualidade Humana	16
1.2 - A Historicidade da Sexualidade Humana	18
1.2.1 - A Historicidade do Conceito de Gênero na Sexualidade	28
 2 - SEXUALIDADE E O AMBIENTE ESCOLAR	
2.1- Escola: Conceito e Função	30
2.2 - A Escola e Educação Nacionais: uma abordagem jurídico-pedagógica	32
2.2.1 - O Sentido dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) como parte da Legislação Educacional Vigente no Brasil	34
2.2.2 - A Natureza Transversal da Temática Orientação Sexual	39
 3 - O AMBIENTE ESCOLAR E SEXUALIDADE NA ESCOLA BARÃO DE MAUÁ	
3.1- Escola Estadual Barão de Mauá	43
3.2 - Análise e Interpretação dos Dados da Pesquisa	46
3.2.1 - Perfil dos Estudantes	47
3.2.2 - Sobre o Tema da Orientação Sexual	50
 4 - CONCLUSÃO	49
 5 - REFERÊNCIAS	53
 6 - ANEXOS	59

7 - APÊNDICE

7.1 APÊNDICE – A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O REPRESENTANTE OU RESPONSÁVEL LEGAL	59
7.2 APÊNDICE – B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O (A) ADOLESCENTE PARTICIPANTE DA PESQUISA	61
7.3 APÊNDICE – C: INSTRUMENTO DA PESQUISA	62

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema “*Orientação sexual e adolescentes: Um estudo no colégio Barão de Mauá, Aracaju- SE*”. Considera-se este tema complexo, uma vez que falar sobre sexualidade envolve a subjetividade das pessoas e a orientação no ambiente escolar envolve fatores sociais, culturais e as habilidades profissionais para que esta seja efetivada.

O interesse por este tema surgiu pelo fato de uma das discentes/pesquisadoras ter atuado profissionalmente em uma escola de educação básica, convivido com o cotidiano escolar e os questionamentos feitos pelos estudantes e professores sobre orientação sexual, além de ter observado que, muitas das vezes, o tema era tratado de forma coercitiva. Essa experiência produziu o desejo/motivação de aprofundar o debate, o que foi permitido no curso de Serviço Social.

A adolescência por definição corresponde a um período da vida humana, caracterizado pelo intenso aprendizado, que conduz os indivíduos à maturidade. Nesse sentido, importante lembrar os ensinamentos de Dorin (1975) quando informa que “o termo adolescência vem do verbo latino *adolescere* que significa crescer até a maturidade. Esta palavra é usada para designar o período de mudanças que vai dos dez anos até a juventude.” (DORIN, 1975, p.16).

Este trabalho pode ser considerado relevante, pois segundo relatório publicado pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF, 2014, p.09), com o título “*Vivências e Relatos sobre a gravidez em adolescentes, uma aproximação aos fatores culturais, sociais e emocionais a partir de um estudo em seis países*”, o Brasil está entre os países que possuem o maior índice de gravidez na adolescência no mundo, perdendo apenas para a África Subsaariana, região mais pobre do planeta.

A legislação que norteia os conteúdos e práticas escolares no país está representada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9394/96 que influenciada pelos princípios e garantias constitucionais de respeito à pessoa humana e de uma sociedade justa, democrática e cidadã, optou por um modelo comprometido com a formação educacional a fim de contribuir com a estruturação cidadã dos egressos do sistema escolar (público e ou privado).

Com o desdobramento das orientações da LDB/1996, o Ministério da Educação, ainda em 1996, elaborou o documento denominado Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's, os quais tinham por objetivo oferecer linhas gerais para a formulação de programas curriculares na construção de uma educação comprometida com a cidadania dos educandos.

Os PCN's (1996) são definidos como referências de qualidade para a educação no ensino fundamental em todo o Brasil. Seu conteúdo concentra esforços para que os mesmos sirvam como "uma referência curricular comum para todo o País" (BRASIL, 1996, p. 412). O documento de introdução aos PCN's sustenta a necessidade dessa referência comum para toda a Nação, porque afirma que fortaleceria a unidade nacional e a responsabilidade do governo Federal para com a Educação. Introduz ainda, como conteúdo escolar obrigatório temáticas nunca antes efetivamente incorporadas aos conteúdos escolares, a exemplo dos temas transversais: a) Ética; b) Meio Ambiente; c) Saúde; d) Pluralidade Cultural; e) Orientação Sexual.

A partir das leituras realizadas sobre o tema, fez-se a antecipação da hipótese de que a prática da orientação sexual no ambiente escolar é pouco trabalhada e quando ocorre fica focada especialmente nos fatores biológicos, geralmente nas aulas de ciências, o que dificulta o diálogo e a reflexão dos jovens sobre sua sexualidade. A partir da hipótese levantada, definiu-se como problema da pesquisa: A escola se constitui em ambiente pedagogicamente aberto e dialógico auxiliando os adolescentes no processo de construção da sua sexualidade?

Para maior aproximação à realidade existente dos sujeitos da pesquisa, optou-se por referenciais que fornecem uma perspectiva crítica da realidade para a análise do tema.

O objetivo central da pesquisa foi identificar como a escola pode se constituir em um dos meios de acesso à informação sobre sexualidade dos adolescentes. Os objetivos específicos foram: pesquisar no ambiente escolar o nível de informação dos adolescentes sobre orientação sexual e identificar qual a avaliação feita pelos adolescentes sobre os processos que tratam o tema no ambiente escolar.

No contexto do Curso de Serviço Social, sua relevância se destaca tendo em vista as atividades e o fazer profissional do Assistente Social, cujo papel é

imprescindível na luta pela efetivação dos direitos garantidos pela legislação à população adolescente especificamente.

A fragilidade na atenção conferida pelos poderes públicos à faixa da população composta pelos adolescentes denota uma violação de direitos. Dentre as violações mais recorrentes, ressalta-se: a) informação sobre sexualidade e prevenção contra gravidez na adolescência; b) retorno à escola pós-gravidez; c) tratamento e acolhimento técnico e o direito de não sofrer discriminação pelo fato de estar contaminado pelo Vírus HIV ou DST's, entre outros.

Quanto à metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho, optou-se pela realização de uma pesquisa de natureza qualitativa, através de uma dimensão histórica para melhor compreensão do sujeito que se deseja analisar. Segundo Minayo (2001, p.22), a pesquisa qualitativa “[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado [...]”.

A pesquisa ainda se caracterizou como exploratória, com a finalidade de melhor conhecer a instituição a ser pesquisada, correlacionando o resultado das observações com embasamento teórico colhido na pesquisa bibliográfica. Gil afirma, sobre a pesquisa exploratória (2002, p.41), que “estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”.

Outra fonte de coleta de dados provém de pesquisas bibliográficas. Segundo Gil (2002, p. 44) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Esta se fez mediante consulta em livros e artigos acadêmicos diversos e também aos bancos de dados indexados em meio eletrônico, especialmente em sites como: Scielo; Domínio Público; Google Acadêmico; revistas eletrônicas especializadas; e literatura física especializada.

Na pesquisa de campo foi aplicado um questionário composto por perguntas abertas que funcionou como principal instrumento de coleta de dados. O universo da pesquisa foi constituído por alunos da rede escolar pública de Aracaju e a mesma foi realizada por amostragem no Colégio Estadual Barão de Mauá, localizado no município de Aracaju/SE. Os sujeitos da pesquisa foram estudantes do ensino médio regular do Colégio Estadual Barão de Mauá, escolha justificada pelo fato de que o

ambiente público é mais acessível acerca do tema abordado, se comparado ao setor privado.

A amostragem realizada foi do tipo probabilística aleatória, uma vez que todos os alunos tiveram a mesma probabilidade de participação na pesquisa, sendo o único critério que os pais, caso o estudante fosse menor de 18 anos, assinassem o termo de consentimento livre e esclarecido (em anexo). Desta forma a amostra da pesquisa foi constituída de 16 (dezesseis) alunos de turmas do Ensino Médio, nos turnos da manhã, tarde e noite, do Colégio Estadual Barão de Mauá, localizada na zona sul da cidade e que possui 998 alunos.

Como o objeto de estudo é a orientação sexual no ambiente escolar, foi necessário, no primeiro momento, o comparecimento à instituição a fim de explicar de maneira ampla no que se constituía a pesquisa. Posteriormente, os alunos que se propuseram, levaram para casa o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a fim de que seus responsáveis legais assinassem autorizando a participação. No segundo momento, com data preestabelecida juntamente com a equipe da Escola, foi feito o recolhimento dos TCLE's e realizaram-se as entrevistas, somente com os adolescentes autorizados. Vale frisar que os alunos autorizados também assinaram um TCLE antes do início da entrevista.

A fim de manter o sigilo durante a aplicação do instrumento, entrevistou-se um aluno por vez e utilizaram-se nomes fictícios para sua identificação. Os entrevistados estavam cientes, também, de que após a conclusão do trabalho, este estará disponível na Universidade Federal de Sergipe e que o resultado da pesquisa poderá ser socializado em eventos diversos.

Após a organização e análise dos dados, esse trabalho encontra-se estruturado a partir desse tópico introdutório – o qual tem a função de apresentar o tema e descrever seus objetivos e metodologia da pesquisa – seguido de 03 (três) capítulos e as considerações finais.

O primeiro capítulo traz uma visão geral sobre a história da sexualidade humana, desde a Pré-história e Antiguidade Ocidental até os dias atuais; discussões sobre os conceitos de gênero e suas inter-relações com o exercício da sexualidade e o papel que desempenha na sociedade; assim como, noções sobre comportamentos, valores, conceitos e a influência desses fenômenos na construção das práticas sexuais humanas contemporâneas (gênero e papéis sociais).

O segundo capítulo faz uma abordagem sobre sexualidade e escola, momento em que trazem ao estudo, abordagens conceituais, legais, didáticas e pedagógicas sobre a temática.

O terceiro capítulo refere-se ao lugar e realidade em que ocorrera a pesquisa de campo, oportunidade em que se apresenta um panorama socioeconômico e pedagógico relativo à unidade escolar pública “Escola Estadual Barão de Mauá”. Ainda neste capítulo, foram analisados os dados coletados, também argumentados a partir das produções acadêmico-científicas que compõem a base teórica deste estudo, ao mesmo tempo comparecem na análise temas correlatos, a exemplo da adolescência, gravidez na adolescência e recursos assistenciais disponibilizados a esses usuários.

CAPÍTULO I:

A SEXUALIDADE HUMANA NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

A abordagem apresentada neste capítulo consistiu em realizar uma breve retrospectiva histórica destacando como a temática da sexualidade vem sendo apresentada e vivenciada pelas gerações passadas, até sua configuração atual. Neste tópico discorreu-se brevemente sobre alguns conceitos relacionados à sexualidade humana.

1.1 - Conceituando o Termo Sexualidade Humana

O tema da sexualidade representa um fenômeno que ao longo da evolução da humanidade vem sendo abordado/estudado por diferentes olhares e envolve aspectos como a religiosidade, comportamento, tabu, culpa, pecado, libertação, entre outros. Isso ocorre uma vez que a compreensão e o exercício pleno da sexualidade humana sofreram inúmeras mudanças de significado sendo, até os dias atuais, tema gerador de polêmica, preconceito, exercício de poder de um gênero sobre outro.

Apreender um conceito em muito colabora com a compreensão dos fenômenos que pretende esclarecer, portanto, fez-se necessário conceituar o termo sexualidade, de modo absorver seu conteúdo. Iniciando a discussão sobre a sexualidade humana, Toneli (2012, p.147) afirma que conceitos sobre sexualidade são polissêmicos, pois:

A justaposição de três conceitos complexos e polêmicos, por si só, já representa um desafio hercúleo, na medida em que a própria definição dos termos caracteriza-se como polissêmica e polifônica, revelando seu caráter histórico.

A mesma autora (2012, p.152) contribui mais uma vez na análise sobre o conceito da sexualidade, ao compreender o que é e o que exprime o termo, afirmando também que: “A sexualidade é da ordem do indivíduo. Diz respeito aos prazeres e às fantasias ocultos, aos excessos perigosos para o corpo, considerados como a essência do ser humano individual e núcleo da identidade pessoal.”

Ao discorrer sobre a sexualidade humana em um dos seus livros Foucault (1999) tem a percepção que apesar de dois séculos passados após o século XVII, a

repressão sobre a sexualidade continuava, está vindo a ser condicionada diretamente pelo Estado, para o controle dos corpos e populações.

Toneli (2012) afirma significativa contribuição de Foucault para o desenvolvimento de saberes sobre sexualidade e reafirma, a partir do autor, que é característico dos países do ocidente o controle da expressão da identidade sexual, mecanismo este imposto pelo Estado, dificilmente perceptível no cotidiano. Sendo assim, tem-se a errônea impressão de que os movimentos de luta pela identidade sexual que tentam se expressar estão indo contra ao que é natural, porém estão apenas tentando manifestar algo que é inerente ao indivíduo. (FOUCAULT, 1984 1994,1997 apud TONELI, 2012).

Foucault (1984 apud TONELI, 2012) contribui mais uma vez a respeito das análises acerca do comportamento social envolvendo a sexualidade, ao apresentar três possibilidades de abordagens, quais sejam: a) uma pedagógica tendo por objetivo a sexualidade infantil; b) a da medicina, com enfoque na fisiologia feminina; c) e a demográfica, cujo objetivo é a realização da regulação espontânea e ou planejada dos nascimentos da população.

Percebe-se, a partir dos autores, as diversas formas de controle do Estado sobre a sexualidade em que este controla e a sociedade a reproduz criando assim, novos mecanismos de repressão impostos no cotidiano dos indivíduos. O mesmo Toneli (2012, p.153-154) acrescenta que:

[...] a sexualidade torna-se o eixo principal da identidade e do ser no mundo, fundamentando-se em valores institucionais tais como procriação, casamento e família, em um contexto de heteronormatividade. Essa complexa engrenagem compreende todo um sistema de representações e autorrepresentações codificadas em normas, regras, paradigmas morais e modelos corpóreos, constituindo o que Tereza de Lauretis (1987) chama de “sistema sexo gênero”, que delimita os campos do aceitável, do dizível, do compreensível.

Percebe-se que a plena compreensão do conceito de sexualidade passa pela percepção de que ao entender o significado de gênero, compreende-se como cada indivíduo em seu contexto, vivencia sua sexualidade. Em seus estudos sobre sexualidade, Beazorti (1993, p.01), expõe que:

Sexualidade é assunto complexo, controvertido e de conceituação difícil. Tem sido alvo de tabus, repressões, distorções e tentativas de reduzi-la a sinônimo de genitalidade e de reprodução. Serve para dar vazão a sentimentos elevados como o amor embora permita também que outros, como a agressividade e a violência, possam manifestar-se por meio dela.

Pelo que pode ser visto a partir das leituras, a multiplicidade de concepções e ideias sobre o que compreende o conceito de sexualidade reúne sobre si uma gama variada de interpretações as quais, por vezes, se repetem e destacam como cada indivíduo, ante seu sexo biológico, vivencia sua vida e práticas sexuais. O mesmo Beazorti (1993, p.02) destaca:

O homem tem necessidades sexuais e, para explicá-las, a biologia lança mão do chamado instinto sexual da mesma maneira que, para explicar a fome, utiliza-se do instinto da nutrição. A esta necessidade sexual dá-se o nome de libido (VII: 135, XVI: 336,482). Assim, libido é o tempo que descreve as manifestações dinâmicas da sexualidade (XVIII: 308); é a força motriz da vida sexual (XXII: 161); a libido, forças instintuais da vida sexual (XVI: 482), sofre variações quantitativas (VII: 223) que dependem das transformações que venham a ocorrer na excitação sexual.

Mais uma vez, o entendimento sobre o significado do termo sexualidade mescla-se em noções associadas à biologia, o que confirma seu conteúdo multifacetado. No tópico a seguir apresenta-se uma breve retrospectiva histórica sobre a forma como a sexualidade tem sido vista e vivenciada ao longo dos tempos.

1.2 – A Historicidade da Sexualidade Humana

No presente tópico apresenta-se uma breve retrospectiva histórica sobre como a sexualidade é vista e vivenciada ao longo dos tempos.

No período denominado Paleolítico 500 mil a 10 mil anos antes de Cristo, este um dos períodos da pré-história, pesquisadores observaram os primeiros vestígios sobre sexualidade humana. Os povos deste período, segundo as pesquisas realizadas, possuíam características nômades e sua subsistência se dava a partir da caça e coleta, priorizando atender necessidades imediatas. Não havia um entendimento sobre sexualidade, porém havia a tentativa de limitar os nascimentos devido à própria condição de vida dos mesmos. Segundo Stearns (2009, p.22),

[...] conheceram, por experiência, limites severos em aspectos cruciais a sexualidade, por causa das restrições que uma economia e um estilo de vida calcados na caça e na coleta impunham o número de filhos que podiam ser gerados e mantidos.

Assim, o interesse era a procriação, porém devido a mudanças climáticas constantes o pouco que poderia sobreviver não era suficiente para alimentar mais filhos.

Sobre a sexualidade no período Paleolítico observou-se que foi constituída pela valorização do corpo feminino e pela estrutura física mais adequada para a reprodução. O mesmo autor (STEARNS, 2009) relata que nesse período as esculturas encontradas revelavam o culto da fertilidade feminina, presente na arte primitiva. Estas esculturas voluptuosas retratavam a figura da mulher e suas curvas, sendo que quanto mais avantajadas, maiores as chances de uma vida fértil, colocando-se em relevância o ventre.

Com o surgimento dos clãs, união de grupos unidos por parentesco no final do período paleolítico, a mulher ganhou papel de destaque na organização dos grupos (STEARNS, 2009). Para Nunes (1987, p.18) “por milhares de anos a humanidade viveu sob a organização e poder das mulheres, que trabalhando juntas e constantes, tornaram-se o grupo civilizatório mais progressista.”

Reafirmando a valorização da mulher como chefe das atividades. Duarte e Christiano (2012) informam que o período Paleolítico, possuía como características marcantes o culto à fertilidade feminina e o matriarcalíssimo¹, poder exercido pela mulher. Assim, é perceptível a partir das reflexões dos autores, a importância do papel feminino na pré-história e o quanto a mulher destacou-se nos grupos, seja como mãe, procriadora ou líder dos clãs, passando a ter controle de muitas atividades.

Já na região da Babilônia, com sua capital Constantinopla, no período de 2.400 a.C., a civilização era dedicada ao culto de deuses e o regime era patriarcal². Neste período segundo Catonné (1998 apud GUEDES et al. 1990, p.03), “[...] a civilização babilônica, em sua época acadiana, era basicamente patriarcal, sendo a vocação de cada ser humano o casamento arranjado pelos pais desde o nascimento.”

Assim, observa-se que no período acadiano, especificamente na região da babilônia, houve uma forte mudança do papel feminino, deixando de ser o de líder e passando para segundo plano. É perceptível também a partir das análises, a

¹ Segundo Nunes (1987, p.27) é a “valorização e culto ao elemento feminino, materno, procriador e organizador da sociedade primitiva.”

² Idem. p.20 “[...] representações simbólicas do poder masculino, os deuses são machos, as leis, funções e organização militar e religiosa são privilégios exclusivos do homem.”

provável submissão destas, tendo como consequência que suas vidas passassem a tratadas como propriedade desde a infância – os papéis invertem-se.

Seguindo na reflexão histórica da sexualidade na região da Babilônia, em Guedes et al. (1990, p.8):

A história da sexualidade relatada por Herótodo, historiador grego, no século V a. C., desde a Babilônia, capital da Mesopotâmia antiga e nosso ancestral cultural mais antigo, informa que havia uma cultura bastante voltada ao culto que devotava o amor sensual. Esse culto se deu pelo fato da religião babilônica estar organizada em torno da sexualidade fora do casamento, instituída na prostituição cultural, representação do sagrado que com o sexo cultuava os seus deuses, em especial a deusa Inanna (suméria) ou Ishtar (acadiana); correspondente a Afrodite no panteão grego.

No segundo parágrafo da citação acima, fica perceptível que a prática do sexo estava ligada ao culto dos seus mitos (deuses), era cotidiana e justificável, ou seja, mesmo sendo fora do casamento essa prática não era considerada algo impuro.

A cultura greco-romana presente entre os períodos VIII a. C e V a. C imprimira em sua época e nas que lhes sucederam o culto ao corpo, passando a representá-lo em suas artes, criação de jogos e atividade em que o biotipo e aptidão física eram muito valorizados. Segundo Spitnez (2005, p.22) “Entre os gregos, nobreza de espírito, simetria e beleza eram indissociáveis. Esses aspectos deveriam estar integralmente relacionados.”

Assim o conceito de beleza grega presente na Antiguidade mesclava a beleza e a dotes físicos apreciados em corpos masculinos e femininos; não é incomum até nos dias atuais, a associação de beleza à presença de corpos físicos perfeitos, musculosos, que exalam virilidade, fertilidade e masculinidade.

Não diferente da civilização da Babilônia, o povo grego também possuía a prática de culto aos seus deuses que, segundo Nunes (1987, p.26), “está em sua cultura misturada com seus deuses, religião e conhecimentos.” A naturalidade das atividades sexuais masculinas e o regime patriarcal eram presentes. Para Guedes et al. (1990) “o homem grego mantinha práticas sexuais dentro e fora do casamento, apenas a mulher tinha que manter-se fiel ao seu esposo.” Mais uma vez nota-se a partir das citações que a submissão do papel feminino passa a ser algo recorrente durante um longo período da história.

O século V a. C., a era da democracia, representa uma época histórica em que o homem adulto constituía o grupo dos cidadãos participando diretamente e pessoalmente na Assembleia para votar sobre diferentes assuntos da vida pública.

No período conhecido como Antiguidade Clássica em Atenas a partir dos séculos V a. C a XVII d. C., o sexo era visto como troca de conhecimentos, intelectual ou científico. “Há inversão de valores no jogo do amor masculino do jovem grego, representado por mudanças de paradigmas, principalmente quando da passagem da erótica comum a carnal à erótica filosofia.” (SOLOVIJOVAS et al., 2002, p.4). Ou seja, os jovens buscavam mais conhecimento da verdade do que os prazeres sexuais.

Nesse momento e contexto histórico a relação entre pessoas do mesmo sexo era considerada uma pederastia. Seguindo a linha de raciocínio de Guedes et. al. (1990, p.03) a respeito da pederastia, encontramos:

A pederastia segundo a etimologia grega, "o amor pela criança (pais)", constituindo uma relação pedagógica e amorosa entre um adulto e um adolescente, incluindo a iniciação sexual. Neste fato, fica evidente que os gregos antigos, e os melhores dentre eles, como Sócrates, amavam os jovens rapazes, inclusive fisicamente.

Refletindo um pouco mais sobre o conceito da pederastia na contribuição de Sousa (2009, p. 2):

A pederastia estava constituída nas raízes da orientação sexual exclusivamente voltada para o ‘amor entre iguais’, levando-nos a crer que os antigos helenos eram ‘gays’, desprovidos de preconceito e que, além de apoiar, incentivavam o amor homossexual. Em contrapartida, há análises que afirmam exatamente o oposto: ratificam que o amor pederástico era totalmente metafísico, sendo apenas o amor de uma bela alma por outra, desprovido do desejo e do contato sexual entre as partes envolvidas.

A partir das reflexões expostas, percebe-se que essa liberdade masculina ocorrida no período era aceita e comum para seu povo. Os homens tinham a autonomia de se relacionar com quem desejassem, não estando este na condição de escravo. A sexualidade não estava apenas ligada ao prazer sexual em si, mas à vontade de autoconhecimento pessoal e como possibilidade de desenvolvimento cada vez mais ampla do intelecto humano.

Segundo Catoné (1994 apud SOLOVIJOVAS et al. 2002) pode-se encontrar relatos sobre o povo romano o seu surgimento em VIII a.C. Econômica e

politicamente bem diferente dos gregos, havia uma população diversificada, porém, remetendo a algumas características do povo grego, principalmente a respeito das práticas sexuais. O homem romano também teria a liberdade de relacionar-se com uma pessoa do mesmo sexo, contanto que este parceiro estivesse em condição de escravo.

Em se tratando de Roma, esposa e filhos constituíam-se bens do chefe da família. No final do primeiro século a. C., o marido tinha o direito legal de matar a esposa no ato, caso fosse apanhada em adultério (SPITZNER, 2005). A mesma autora, na mesma obra, considera a importância de destacar que este período também se caracterizou pelo regime patriarcal, onde o homem era detentor do poder social e econômico.

Com relação ao casamento no período romano não possuía formalidades para sua realização ou para que fosse desfeito. Para Guedes et al. (1990, p.5):

Às vezes, acontecia de o cônjuge não avisar seu parceiro do divórcio, sendo que a iniciativa da ruptura poderia partir também da mulher que, no caso, levava consigo o seu dote. Um dos motivos para se casar, nesta sociedade, inclusive, era o dinheiro. Além de garantir a existência legítima de descendentes.

Assim percebe-se que a sexualidade humana no período da Antiguidade era uma atividade restrita ao sexo masculino e o papel feminino restringia-se ao de procriadora, ou seja, de ser mãe e executora do exercício doméstico.

De modo mais restrito, o período Medieval, entre os séculos V e XV, foi considerado como a Idade das Trevas, em razão do excessivo controle das formas de pensar e agir, determinadas pelos dogmas incontestáveis da Igreja Católica Romana que exercia intensa censura. Ao analisar o cotidiano característico do mundo medieval, Nunes (1987, p.87) informa que:

Na Idade Média o pensamento da Igreja predominava, ditando regras a serem cumpridas, por isso toda a sociedade é levada a observar a sexualidade por meio da ideologia transmitida pela Igreja. Esta entendia a sexualidade como pecado, ou seja, havia uma visão negativa da mesma, carregada por um moralismo religioso.

Pelo que se percebe, predominara a concepção de sexo e sexualidade como sinônimo de pecado e seu exercício e práticas estavam aprisionados ao casamento e ao compromisso com a procriação.

A partir das pesquisas de Nunes (1987, p.82) sobre os escritos de pensadores da igreja católica nesta época observa alguns aspectos que confirmam a rigidez exercida durante a Idade Média, em relação à sexualidade: “Nos ensinamentos dos Santos Padres da Igreja começa a tomar corpo uma moral sexual rígida e profundamente negativa, com características de exaltação da continência, do celibato e repulsão de todo sexo, submissão da mulher e do corpo”.

Percebe-se a Idade Média como uma fase da trajetória da humanidade em que o sexo e outros fenômenos associados a ele eram alvos de grande repressão vinda, principalmente, dos ideais propostos pela Igreja. Na visão de Solovijovas et al. (2002, p.5) sobre comportamentos e práticas sexuais “costumes e comportamentos tidos no início da civilização cristã como aceitáveis, como a nudez, as carícias, a prostituição, os filhos ilegítimos, a fornicção, o aborto e o divórcio são considerados pecado na Idade Média”.

Considera-se a partir das reflexões dos autores surgir uma nova ordem determinada pela igreja para difundir o que é justo e respeitoso aos olhos de Deus, e restringir o que não venha ser bem visto. Na visão de Cercarelli e Salles (2010), a sexualidade do casal era controlada pelos conceitos religiosos e sujeita a punições severas, caso não houvesse o cumprimento dos ensinamentos. A mulher diagnosticada estéril foi considerada uma punição do divino. A Igreja conseguiu manipular e criar discursos sobre a sexualidade, cabendo aos fiéis seguirem sem queixumes seus ensinamentos.

O adultério, a homossexualidade, a bissexualidade, nomenclatura utilizada nas sociedades atuais e todas as possibilidades de vivenciar os prazeres advindos do sexo eram apontados como pecado, a exemplo de todo comportamento humano distinto daquele aceito como justo e digno aos olhos de Deus e da Igreja.

O exercício da sexualidade foi se modificando a partir das mudanças sociais e econômicas a partir do século XVI. Segundo Costa (1985 apud CANO; FERRIANI; GOMES, 2000, p. 19):

As normas, os valores cristãos e as necessidades do Estado foram enquadrando a sexualidade, principalmente a partir do século XVI, quando se inicia o processo de modernização da sociedade e a ascensão da burguesia, aliando as influências da Igreja e dos moralistas no controle da vida social.

O Renascimento foi um grande movimento cultural e científico iniciado no século XIV, tendo seu apogeu nos séculos XV, XVI e início do século XVII. Neste período ocorreu um marco histórico importante para o mundo contemporâneo: a Revolução Francesa, em 1789, pois se tratou do primeiro país a derrotar sua monarquia absolutista (Antigo Regime). Na visão de Costa (2005, p.29) sobre o Renascimento:

O Renascimento representava uma nova postura do homem Ocidental diante da natureza e do conhecimento. Justamente com a perda da hegemonia da Igreja Católica como instituição e o consequente aparecimento de novas doutrinas e seitas conclamando seus seguidores a uma leitura interpretativa dos textos sagrados, o homem renascentista redescobre a importância da dúvida e do pensamento especulativo. O conhecimento deixa de ser encarado como uma relação resultante da contemplação e da fé, para voltar a ser, como o fora para os gregos e romanos, o resultado de uma bem conduzida atividade do pensamento.

Corroborando mais uma vez, Costa (2005) fala sobre a individualização do homem renascentista. Vem afirmar que neste período havia a tentativa de fomentar a libertação das amarras da família e dos clãs. O homem aos poucos tem a percepção de que era necessário questionar, assim tornando-se mais crítico e menos dependente das teorias normatizadas, impostas pela igreja católica. Também de acordo com SPITNEZ (2005, p.30) “o Renascimento e a Reforma Protestante levaram os homens a questionarem os valores morais, padrões e concepções a respeito da mulher, do casamento e da própria sexualidade”.

A partir das citações acima, é possível inferir que o homem renascentista buscou recuperar ou retornar às práticas culturais e artísticas da cultura greco-romana, buscando um posicionamento crítico sobre as práticas impostas pela Igreja Católica, ou seja, não bastava aceitar, era necessário questionar, ter a certeza se este era o caminho certo a seguir.

Apesar disso, neste momento histórico da Renascença, foram impostas novas formas de controle da sexualidade. Toda forma de sexualidade extraconjugal deveria ser banida. Segundo Guedes et. al (1990) a ordem médica estabeleceu o que era permitido na sociedade, no período da sociedade moderna. Entre os séculos XV, XVI, XVII, XVIII, a sexualidade era apenas restrita a estudos científicos e reprimida a quem a praticasse, principalmente tratando-se do sexo feminino. Ela foi vinculada à causa de várias enfermidades, justificando assim a necessidade do controle das práticas sexuais dos indivíduos.

Diante dessa afirmativa, é possível observar que o Renascimento foi um período de grandes mudanças intelectuais e artísticas na região do continente europeu. Nele o comportamento sexual dos homens foi inicialmente controlado pela Igreja, mas houve uma retomada crítica de padrões e conceitos, posteriormente pela medicina que simultaneamente tentava barrar qualquer tipo de atividade que estivesse fora das normas, ou seja, a sexualidade era reprimida, agora de uma forma científica.

No início do século XVIII o método contraceptivo, a camisinha, foi criada por Fallopius e iniciou sua utilização na tentativa de controle da natalidade e doenças sexualmente transmissíveis dos povos viajantes. Nesse contexto, Spitzner (2005, p.64) informa que “[...] devido à grande mobilidade e deslocamentos frequentes, marinheiros, cavalheiros, mercadores, advogados e caixeiros viajantes começaram a preferir a amante semioficial [...]”. Percebe-se a partir da reflexão nesse período histórico o avanço da medicina e também a reincidência do homem nas práticas sexuais extraconjugais, apesar de proibidas, ainda presentes nos dias atuais.

Nesse mesmo período inicia-se um momento de transformações na vida cotidiana europeia que iria refletir em todas as economias em que o modo de produção é capitalista. Para Cavalcante e Silva (2011, p.3):

a Revolução Industrial começou a acontecer a partir de 1760, na Inglaterra, no setor da indústria têxtil, a princípio, por uma razão relativamente fácil de entender: o rápido crescimento da população e a constante migração do homem do campo para as grandes cidades acabaram por provocar um excesso de mão-de-obra nas mesmas[...] No século XVII, no ano de 1600, a população da Inglaterra passou de 4 milhões de habitantes para cerca de 6 milhões; no século seguinte, no ano de 1700, a população já beirava os 9 milhões de habitantes.

Nota-se, a partir da reflexão acima, que a revolução industrial foi um momento de grandes transformações para os grandes empresários, na expansão da sua riqueza devido à inserção de homens e mulheres no manuseio das grandes máquinas a fim de aumentar a produção e os grandes centros urbanos. Segundo Santos (2011, p.4):

a partir do século XVI, a sociedade busca compreender como a inserção do gênero ocorre neste contexto e suas implicações. Finalmente, serão tecidas algumas considerações sobre as relações entre direito e sociedade, ou seja, sobre o alcance dos textos jurídicos nas realidades que pretendem normatizar e a partir das quais são forjados.

É possível acrescentar que a sexualidade a partir do século XVI sofria influências cristãs, culturais, políticas e econômicas, onde a mulher devia casar e ter filhos proativos, enquanto o homem poderia satisfazer o seu prazer sexual fora do casamento.

O comportamento dos indivíduos e o papel da família nos próximos séculos irá caracterizar-se por ausência da intimidade, do diálogo sobre a sexualidade e da repressão do Estado àqueles que estivessem fora dos padrões. Segundo Airés (1987 apud SOLOVIJOVAS et al., 2002, p.05) “até o século XVI eram raros os retratos das cenas de interior e dentro da família, pois costumeiramente se retratavam multidões e cidades povoadas.” Ainda em Airés (1987 apud SOLOVIJOVAS et al., 2002, p.05) sobre o diálogo da sexualidade no ambiente familiar:

a iconografia da família aumentou de forma gradual, chegando a ser extremamente rica no século XVII, embora o principal ainda fosse a representação da vida exterior e pública. Para o autor, essa característica da iconografia faz alusão à realidade da época, pois até o século XVII a família não existia como valor. A vida era vivida em público, não havia intimidade. As pessoas se misturavam umas às outras: senhores e criados, crianças e adultos em casas abertas.

Percebe-se o retorno aos velhos comportamentos em que os matrimônios estavam relacionados à manutenção financeira das famílias e os sentimentos não contavam. Segundo Airés (1987 apud SOLOVIJOVAS et al., 2002, p.05) [...] “hábitos dos séculos passados deixam traços nas atuais famílias onde os casamentos arranjados continuavam a ser uma forma de manutenção e expansão patrimonial.”

Depreende-se das leituras que os membros da família não dialogavam sobre a própria sexualidade que, aos poucos, só foi permitida em momento de maior intimidade no quarto a portas fechadas.

No final do século XIX e início do século XX o campo das pesquisas científicas sobre a sexualidade ampliou-se, ganhando destaque na comunidade científica da época. Entre esses estudiosos estão Foucault e Freud, (CERCARELLI e SALLES, 2010). A discussão sobre a sexualidade no século XX no mundo ocidental sofreu modificações importantes. Uma delas foi o desenvolvimento da psicanálise em Freud, privilegiando a sexualidade, sendo ela a força que impulsiona a vida dos indivíduos.

Nesse contexto, faz-se necessário abordar os estudos da psicanálise sobre sexualidade com a reflexão de Freud (1996) o qual explica que ela está presente

desde o nascimento e irá se manifestar de diferentes formas na vida do ser humano, dependendo do ambiente em que ele venha interagir.

A psicanálise nos estudos referentes à sexualidade humana tornou-se uma fonte de entendimento e percepções nessa área. Dentre outras questões abordadas, destacam-se as pulsões sexuais que, diferentes do extinto sexual, são manifestações psíquicas. Elas impulsionam o homem a alcançar determinados fins, desejos e necessidades, podendo ter interferência de fatores externos, sejam eles culturais e sociais (FREUD, 1996). Esses fatores poderão reprimir ou impulsionar sua manifestação, mais cedo ou mais tarde e de formas diferentes em cada indivíduo.

É a partir da crise do capitalismo e da quebra da bolsa de valores de Nova York, em 29 de outubro de 1929 que ocorrem falências em várias indústrias e milhares de trabalhadores perdem seus empregos (CURVO, 2011). Nos regimes totalitários, principalmente os partidos de esquerda como o Partido Socialista e o Partido Comunista Italiano que apoiavam a luta de classes e os movimentos operários, crescendo e conquistando espaços nas Câmaras Legislativas. Nesse contexto histórico também mudaram as formas da sexualidade e a concepção sobre a família também começou a modificar-se.

Poucas décadas depois as sociedades ocidentais adotaram novas formas de contracepção e expandiram o acesso a elas por parte de mulheres de todas as classes que não desejavam ter filhos ou adiar sua gravidez. Segundo Dias e Teixeira (2010), sobre nos anos 1960, o surgimento da pílula anticoncepcional trouxe uma mudança de pensamento com relação ao sexo e à reprodução. O sexo era vinculado à gravidez, porém com a pílula há certa liberdade de escolha entre o prazer sem uma possível gravidez não planejada.

Entretanto, nota-se a partir das leituras, que o diálogo sobre a sexualidade e prevenção não seguiu o mesmo avanço esperado, tendo em vista que esse diálogo entre alguns pais, professores e alunos ainda é visto como um tabu, algo a ser trabalhado na sociedade em que vivemos.

1.2.1 – A Historicidade do Conceito de Gênero na Sexualidade

No presente tópico aborda-se, de forma breve, discussões sobre os conceitos de gênero e suas inter-relações com o exercício da sexualidade e o papel que desempenha na sociedade. Trata-se também noções sobre comportamentos, valores, conceitos e a influência desses fenômenos na construção das práticas sexuais humanas contemporâneas (gênero e papéis sociais).

Estudiosa do século XX, Scott (1989) conceitua que o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; é uma forma primeira de significar as relações de poder. Compreende-se, a partir do conceito da autora, que é muito mais uma forma de controle sobre os papéis desempenhados pelos homens e mulheres, devendo estes seguir padrões determinados socialmente, o que leva à sobreposição de um sexo ao outro, seja no trabalho, família ou na sua identidade.

Viu-se que a busca pela compreensão sobre o que e como se apresenta a sexualidade humana tanto nas sociedades antepassadas como nos dias atuais, passa por fases que vão desde os comportamentos libertinos motivados pelo hedonismo greco-romano, passando pelo monitoramento das práticas sexuais no período medieval, para cristalizar-se em modelos de exercícios da sexualidade considerados “normais”, em contraponto àqueles comportamentos considerados como “desviantes”.

Ante as considerações anteriores, é certo que a dogmática cristã, personificada pelo e no Cristianismo determinou comportamentos sexuais mais ou menos pactuados como normais; de outro lado, esses comportamentos têm sido empregados pelos sujeitos através de um ou outro formato, permitidos e coerentes a uma ou outra visão de ser humano e de mundo.

A prática da sexualidade entre homens do mesmo sexo era comum e aceitável antes da intervenção do Cristianismo. O homoerotismo e as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram comuns como instrumento de educação sexual entre homens mais velhos que ensinavam aos mais jovens o conhecimento dos seus corpos e das práticas sexuais (ULLMANN; 2007 apud FERREIRA; AGUINSKY, 2013).

Consoante Ferreira e Aginsky (2013, p. 224) ao discorrer sobre como a sexualidade e outros questionamentos correlatos têm sido tratado ao longo da história, ressaltam que:

A moral cristã também vai ao encontro da ideologia da família burguesa do século 19, na qual o burguês é reconhecido como o bom cristão por ser monogâmico, se reproduzir e acumular o capital por meio do matrimônio, legitimando as posses materiais hereditárias através da propriedade privada.

Fato é que comportamentos sexuais que fogem ao modelo heterossexual, representam uma ameaça ao “estabelecido”, depondo contra o ideal judaico-cristão de “crescei e multiplicai-vos”, tendo em vista da impossibilidade de procriação através de métodos naturais de casais homossexuais e ou homoafetivos.

São muitas as confusões terminológicas entre os termos sexualidade e gênero e, mais particularmente quanto ao gênero, que tradicionalmente tem sido concebido como sinônimo de “sexo”, numa referência objetiva ao que é próprio do sexo masculino, assim como do sexo feminino. No contexto e universo das ciências sociais e também da psicologia, o termo gênero corresponde àquilo que diferencia socialmente as pessoas, levando em consideração os padrões histórico-culturais atribuídos para os homens e mulheres.

Na perspectiva das ciências biológicas, gênero indica agrupamento de organismos vivos, que formam um conjunto de espécies com características morfológicas e funcionais, refletindo a existência de ancestrais comuns e próximos. Na reflexão de Freud (1900 apud CECCARELLI et al., 2010. p.283)

A maneira como o sexual será captado pelos dispositivos da sexualidade dependem não apenas da sexuação, mas, e, sobretudo, da disposição perversa polimorfa da qual nos fala Freud, fazendo com que as regras do uso do sexo sejam criadas sócio-historicamente, logo, abertas a inúmeras possibilidades.

Assim percebe-se que as diversas práticas da sexualidade surgem desde os primeiros povos habitados na terra até o nosso momento atual, como também a limitação do sexo em seus diversos contextos, tanto sócio históricos como culturais da humanidade. Isso possibilitou a diferença de papéis sociais entre o sexo masculino e feminino, criando por outro lado, as diversas formas de relacionamentos tais como homossexuais e transexuais buscando, assim, construir uma identidade de gênero e sexualidade.

CAPÍTULO II:

SEXUALIDADE E O AMBIENTE ESCOLAR

O presente capítulo traz uma abordagem sobre sexualidade e escola, momento em que são trazidas ao estudo, abordagens conceituais, legislativas, didáticas e pedagógicas sobre a temática.

2.1- Escola: Conceito e Função

Antes de abordar sobre a temática orientação sexual fez-se necessário, a priori, uma discussão sobre as questões e concepções que envolvem a sexualidade e o ambiente escolar. Rememora-se aqui as lições de Rego (2003 apud DESSEM e POLONIA 2007, p.22) que, ao analisar a importância da escola e da família no desenvolvimento humano assim se manifesta: “a escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão.”

Dessem e Polonia (2007, p.22) acrescentam que tanto a família como a escola, “[...] são responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado, modificando as formas de funcionamento psicológico, de acordo com as expectativas de cada ambiente.”

Dentre as principais instituições sociais de importância crucial destaca-se a escola, cuja missão mais elementar é a de se constituir num espaço para promoção e reprodução do conhecimento, onde ocorre o aprendizado do escrever, ler, interpretar e contar, consideradas ferramentas elementares para a inserção dos indivíduos no mundo “civilizado”, sendo, pois, condição essencial para a compreensão dos códigos e normas hegemonicamente aceitas em distintos contextos sócio históricos e socioeconômicos. Segundo Young (2007, p. 1288): “sem as escolas cada geração teria que começar do zero ou, como as sociedades que existiram antes das escolas, permanecer praticamente inalterada durante séculos.”

Fato é que concepções tradicionalistas, alternativas e neoliberais, vem moldando as práticas escolares institucionalizadas, traduzindo as visões de mundo que preponderaram naquela sociedade. A escola permanece sendo, ora um espaço do conhecimento, ora mecanismo de controle, ora mecanismo de criação, criticidade

e emancipação. No Brasil, a modelagem da escola enquanto instituição pública edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n.º 9.394 de 1996, traz entre outros direcionamentos baseados no modelo de gerenciamento descentralizado, o qual encontra-se disciplinado no art.12 da citada legislação, senão veja-se.

1) elaborar e executar seu projeto pedagógico; 2) administrar seus funcionários e seus recursos materiais e financeiros; 3) organizar o calendário escolar e o horário das aulas; 4) supervisionar a execução do plano de trabalho de cada professor; 5) prever a recuperação dos alunos que apresentem um rendimento escolar baixo; 6) articular-se com as famílias e as comunidades, criando processos de integração entre a sociedade e a escola; 7) informar aos pais e responsáveis sobre a frequência e os resultados dos alunos, além de cuidar para que se realize a efetiva construção de um projeto pedagógico em sintonia e com o compromisso de contribuir com a formação cidadã do alunado e clientela da escola. (BRASIL,1996, p 9).

É certo que em se tratando das discussões teóricas e práticas um projeto pedagógico compatível com o contexto geral globalizado e especificamente o da comunidade escolar na qual a unidade de ensino está inserida, deve contemplar a temática da sexualidade e das variadas possibilidades de sua construção e exercício.

É fato que a escola/instituição é um espaço capacitado para receber e conduzir crianças, adolescentes, jovens e adultos em seu caminhar em busca do conhecimento formal, necessário ao seu pleno engajamento na sociedade. Portanto, cabe àquela instituição apresentar as problemáticas de seu tempo, trazendo à luz informações pedagógicas para conhecer os problemas e dilemas sociais, apontando caminhos para uma convivência consciente e equilibrada com os mesmos.

Assim, é justo e lícito que a problemática da sexualidade humana encontre espaço no ambiente escolar, mesmo porque na adolescência a luta biológico-comportamental travada pelos adolescentes, a qual envolve os instintos e desejos sexuais e um conjunto de normas de conduta previamente estabelecidos, por vezes os levam a práticas e comportamentos sexuais com consequências que vão desde a aquisição de DST's (Doenças Sexualmente Transmissíveis) à gravidez indesejada, preconceito e discriminação.

2.2 - A Escola e Educação Nacionais: uma abordagem jurídico-pedagógica

No Brasil, as práticas educacionais públicas e/ou privadas, têm suas origens e execução fundamentadas em ampla legislação e documentos oficiais, os quais estruturam, organizam e disciplinam como a educação deverá ser ofertada à população. Nesse momento, foram introduzidos a este estudo uma breve análise da legislação educacional contemporânea, responsável pela estruturação da educação do país.

A essência da Constituição Federal Brasileira (CF) de 1988, repousa no respeito à dignidade da pessoa humana para construção de uma sociedade baseada no Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. Uma sociedade democrática tem, na educação de seu povo, hábil instrumento para a promoção do desenvolvimento e busca da diminuição das desigualdades sociais. Sem dúvida estas em muito podem ser diminuídas com o acesso a uma educação pública, gratuita e de qualidade. Em seu art. 205 a CF/1988 estabelece que:

educação é concebida como um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL 1988, p. 157).

Entende-se que um cidadão instruído tem maior probabilidade de elaborar uma consciência crítica sobre sua realidade de vida de seu país e do mundo como um todo, pois o cidadão com o conhecimento necessário tem o poder de fazer melhor suas escolhas. Portanto, é direito de todo indivíduo ter uma educação de qualidade. No que tange ao ensino, o Art. 206 da CF/1988 estabelece que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

a) igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; b) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; c) pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; d) gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. (BRASIL, 1988, p.157).

Essa necessidade de acesso a uma educação de qualidade deve ser permeada pela igualdade de gênero e a liberdade de escolha, onde independente de

o aluno estudar em escola pública ou particular deve ter a mesma formação e qualificação de ensino e aprendizagem. De modo específico, a Lei n.º 9394 de 1996, denominada de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), já em seu art.1.º informa que:

a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996, p. 01)

A educação são processos de conhecimentos que levamos para a vida, abrangendo a prospecção de mundo e relações entre os indivíduos em sociedade, interagir e posicionar-se diante dos desafios. Quanto à finalidade, a mesma legislação observa que a educação:

é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Em suas disposições gerais sobre como a Educação Básica deverá ser ministrada no país, a LDB/1996 acrescenta que tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (BRASIL, 1996, p.01).

A recomendação de que o ensino e a educação no país devam pautar suas práticas e conteúdo para que os alunos sejam, ao final, capazes de exercerem sua cidadania, abre a possibilidade de que temas como meio ambiente, ética, orientação sexual sejam discutidos e façam parte dos currículos educacionais. O Art. 26 da LDB prevê que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 1996, p.11)

O tópico seguinte irá abordar sobre um importante documento educacional produzido pelo Ministério da Educação Nacional, entre os anos de 1996-1999, cujo teor visava estabelecer orientações gerais para execução dos conteúdos programáticos tanto das disciplinas comuns (português, matemática, geografia, história, ciências biológicas, arte e educação física), quanto nos chamados temas transversais (ética, pluralidade cultural e orientação sexual, meio ambiente e saúde). Acresce dizer que interessa ao presente estudo monográfico o aprofundamento da

temática orientação sexual – razão pela qual, no tópico a seguir, foram tratados os Parâmetros Curriculares Nacionais numa análise que enfatiza a temática da orientação sexual.

2.2.1- O sentido dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN'S) como parte da legislação educacional vigente no Brasil

No presente tópico foram introduzidos ao estudo, de forma breve, concepções a respeito dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN' s) e a sua importância no sistema educacional brasileiro.

A história da educação pública no Brasil tem início com a colonização do território brasileiro pela família colonial portuguesa, que deu livre arbítrio aos Jesuítas a tarefa de educar as populações indígenas e a população que dirigiu ao país, sendo, pois, o modelo educacional que foi implementado comprometido com a catequese e com a submissão aos interesses portugueses e da Igreja Católica Apostólica Romana.

Ao longo do desenvolvimento da educação brasileira, muitas foram as legislações que procuraram disciplinar e organizar os modelos educacionais do país, trazendo em seu centro propostas curriculares, carga horária, formação dos professores, objetivos a serem alcançados. A educação popular e destinada à maioria da população foi uma conquista dos governos republicanos e, por longos períodos, foi direcionado a formação de mão-de-obra, fruto de uma concepção de educação para o trabalho relegando, mais uma vez aos menos abastados, a oportunidade de continuar seus estudos até o ensino superior.

Assim, até dezembro de 1996 o ensino fundamental esteve estruturado nos termos previstos pela Lei Federal n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, lei de base dos ensinos de primeiro e segundo graus. (BRASIL,1971, p.01)

A referida legislação definia as diretrizes e bases da educação nacional, tendo estabelecido como objetivo geral, tanto para o ensino fundamental (primeiro grau, com oito anos de escolaridade obrigatória) quanto para o ensino médio (segundo grau, não obrigatório), garantir através da educação uma formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania.

A mesma Lei Federal de n.º 5.692/1971: “estabeleceu um núcleo comum obrigatório em âmbito nacional para o ensino fundamental e médio, ainda que tenha mantido uma parte diversificada, a fim de contemplar as peculiaridades locais, a especificidade dos planos dos estabelecimentos de ensino e as diferenças individuais dos alunos.”

O Brasil participou da Conferência Mundial de Educação para Todos em 1990, em Jomtien, na Tailândia, no qual ficou acordado entre nove países que: “Relembrando que a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro” (BRASIL, 1990, p.1). Com resultado deste evento produziu-se um documento denominado Declaração de Nova Delhi — assinada pelos nove países em desenvolvimento de maior contingente populacional do mundo. Ou seja, estimular e fiscalizar os países que é necessário entre as prioridades a educação da população, esteja no topo das metas.

O Art. 22 da LDB, Lei nº. 9.394, de 20 de Dezembro de (1996, p. 9), estabelece que: “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.”

Neste sentido, o papel do Estado é de suma importância na busca de garantir condições mínimas de trabalho, que perpassam tanto pela estrutura física dos espaços institucionais quanto pela autonomia dada aos/às profissionais para o desenvolvimento de suas atividades.

[...] os países participantes assumiram o compromisso de luta pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para todos, capazes de tornar universal a educação fundamental e de ampliar as oportunidades de aprendizagem para crianças, jovens e adultos. (BRASIL, 1998, p.14).

Uma nova legislação educacional foi promulgada em 1996. A Lei nº 9.394 de 1996 denominada de Lei de Diretrizes e Bases da Educação, trazendo em seu bojo propostas para ampliação do dever do poder público para com a educação em geral e, em particular, para com o ensino fundamental. Segundo o artigo 22 da LDB:

Prevê que a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (BRASIL, 1996, p.9)

As disposições da LDB (Lei n.º 9.394/1996) representam uma síntese oficial de como deve ser estruturada a educação pública no Brasil e, segundo o art. 33 dos PCN' s (1998, p.15),

[...] o currículo, tanto para o ensino fundamental quanto para o ensino médio, deve obrigatoriamente propiciar oportunidades para o estudo da língua portuguesa, da matemática, do mundo físico e natural e da realidade social e política, enfatizando-se o conhecimento do Brasil. Também são áreas curriculares obrigatórias o ensino da Arte e da Educação Física, necessariamente integradas à proposta pedagógica. O ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna passa a se constituir um componente curricular obrigatório, a partir da quinta série do ensino fundamental (art. 26, § 5º). Quanto ao ensino religioso, sem onerar as despesas públicas, a LDB manteve a orientação já adotada pela política educacional brasileira, ou seja, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas, mas é de matrícula facultativa, respeitadas as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis.

À luz das considerações acima vê-se que o Brasil, a partir de 1996, elaborou através do Ministério da Educação, um documento de natureza educacional, cujo conteúdo objetivava traçar parâmetros gerais a partir dos quais a Educação Nacional deveria ser executada, incluindo-se um conjunto de sugestões direcionadas aos componentes curriculares que compunham o elenco de disciplinas respectivamente para a Educação e Ensino Fundamental e também para o Ensino Médio denominado Parâmetros Curriculares Nacionais.

Em seu conjunto, pode-se considerar que os PCN' s elaborados pelo Ministério da Educação brasileira, na segunda metade da década de 1990, representam uma das formas de expressão do papel do Estado na busca por sentido e ordem na efetivação das práticas educacionais, atuando na direção de atingir a padronização do currículo nacional pela definição de um conteúdo mínimo a ser transmitido na escola básica – o que tem sido uma busca permanente na história das políticas públicas de educação no Brasil.

A elaboração do Plano Decenal no período de 1993 a 2003 trouxe “um conjunto de diretrizes políticas em contínuo processo de negociação, voltado para a recuperação da escola fundamental, a partir do compromisso com a equidade e com o incremento da qualidade” (BRASIL, 1997, p.14). Ressalte-se que o mencionado Plano Decenal foi elaborado:

[...] em consonância com o que estabelece a Constituição de 1988. Afirma a necessidade e a obrigação de o Estado elaborar parâmetros claros no campo curricular capazes de orientar as ações educativas do ensino obrigatório, de forma a adequá-lo aos ideais democráticos e à busca da melhoria da qualidade do ensino nas escolas brasileiras. (BRASIL, 1993, p.14).

Segundo estudos realizados por Galian (2014, p.1) sobre as origens e primeiras edições dos PCN' s:

Uma versão preliminar do documento foi elaborada em dezembro de 1995 por um grupo de professores e especialistas reunidos pela Secretaria de Educação do Ministério da Educação – MEC – e, em seguida, encaminhada para análise por especialistas de universidades e secretarias de educação municipais e estaduais. Uma nova versão foi apresentada em agosto de 1996 e discutida em reuniões regionais com professores, especialistas e equipes de secretarias estaduais e municipais de educação. Finalmente, em setembro de 1996, nova versão foi apresentada ao Conselho Nacional de Educação – CNE – para deliberação. Então, em outubro de 1997, o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, anunciou que todos os professores do Brasil receberiam o material produzido, para o Ensino Fundamental I. O material referente ao Ensino Fundamental II foi disponibilizado pouco menos de um ano depois.

Desta forma, os PCN' s representam, de fato, uma proposta curricular comum para a Educação no país, cujo conteúdo e práticas propostas, refletem discussões de diversos segmentos educacionais. O documento encampa ainda as previsões jurídico-legais da educação presentes na Constituição Federal de 1988, bem como na legislação especial representada pela Lei de Diretrizes e Base da Educação (Lei n.º 9.394/1996). Concretamente a LDB representa uma proposta com objetivos para a Educação no Brasil de modo a propiciar a todos formação básica para:

- a) o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
 - b) a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
 - c) o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
 - d) o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social".
- (BRASIL, 1996, p 15).

Quando se analisam as modernas concepções educacionais no mundo e também no Brasil, é fato que elas decorrem de políticas públicas que valorizam aspectos didáticos e pedagógicos focados na interdisciplinaridade e na transversalidade como instrumentos para uma educação com vistas à formação da

cidadania dos estudantes. Nesse sentido, foram elaborados documentos com linhas gerais definindo um modelo flexível de currículo executado no país.

Pelo exposto até o momento, fica evidente que os PCN's e seu conteúdo, mesmo figurando como documento educacional orientador das práticas didáticas e pedagógicas para o elenco de disciplinas curriculares do ensino fundamental e médio, representa de forma direta e indireta o ideal histórico das sociedades denominadas de civilizadas, que lutam para garantir os direitos humanos e sociais, aprofundando discussões a ele relacionadas, como instrumentos para estimular uma educação escolar cidadã.

Neste sentido, os temas transversais estariam mais próximos à realidade escolar. Conforme BRASIL (1999, p. 2):

[...] esta mudança proposta pretende pôr fim à dualidade entre o Ensino Médio e a Educação Profissional. Assim, os sistemas e os estabelecimentos de ensino médio deverão criar e desenvolver, com a participação da equipe docente e da comunidade, alternativas institucionais com identidade própria, baseadas na missão de educar o jovem, usando ampla e destemidamente as várias possibilidades de organização pedagógica, espacial e temporal, e de articulações e parcerias com instituições públicas ou privadas, previstas na LDB, para formular políticas de ensino focalizadas nessa faixa etária. O objetivo é levar ao estudante conhecimentos capazes de torná-lo uma pessoa crítica, versátil e hábil para continuar aprendendo e lidando com as constantes exigências do mundo globalizado.

Em seu bojo, os PCN's revelam o compromisso de representar os diversos olhares nacionais, sobre como se construir uma educação pública (mas não apenas) gratuita, de qualidade e voltada para formação cidadã dos que nela ingressam e egressam, a seguir dispostos:

- a) Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- b) Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- c) Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País;
- d) Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;

- e) Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- f) Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
- g) Conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;
- h) Utilizar as diferentes linguagens — verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal - como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;
- i) Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;
- j) Questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação. (BRASIL, 1997, p.66)

Urge destacar que as propostas e objetivos contidos nos PCN' s estão presentes em todas as suas edições as quais compreendem o período de 1995-1999, e um dos eixos sobre os quais se fundamenta são as concepções de educação, de práticas de ensino e aprendizagem dinâmicas, interdisciplinares e transversais.

2.2.2 A Natureza Transversal da Temática Orientação Sexual

Para o estudo e compreensão dos benefícios educacionais sob a perspectiva transversal dos currículos brasileiros, é necessário reconhecer a função do currículo no processo de ensino e aprendizagem na educação institucionalizada e personificada na figura da escola.

Consoante os estudos de Marinho; Silva; Ferreira (2000), é muito importante a elaboração dos currículos em qualquer nível de ensino, sendo objeto de análise, discussão e permanente problematização. Seguindo na reflexão dos autores sobre a elaboração dos currículos:

Os estudos sobre currículo surgem no início do século XX, por uma necessidade de organização, planejamento e estabelecimento de metas a serem alcançadas por uma sociedade que iniciava a escolarização das massas. Ao longo do tempo, diferentes teorias curriculares analisaram concepções de currículo e de educação, sendo relevantes os estudos e as questões discutidos nas teorias tradicionais, críticas e pós-críticas. (MARINHO; SILVA; FERREIRA, 2000, p. 430).

Foi durante o governo de Fernando Henrique Cardoso ainda na metade década de 1990, que conforme já abordado anteriormente, promulgou-se um conjunto de modificações na estrutura educacional no Brasil objetivadas na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394/1996 (LDB /1996); nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1996) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais (1998).

Considerando-se tais alterações a LDB (Lei n.º 9.394/1996) constitui a principal referência para a organização da educação formal no Brasil que abrange desde a educação infantil até o ensino superior. Para Marinho et. al (2015, p.430), a proposta de transversalidade no contexto dos currículos e educação nacionais.

Se apresenta inicialmente como uma aposta de mudança e renovação do ensino, trazendo forte aposta no trabalho interdisciplinar. No Brasil, presenciamos esse movimento com mais intensidade na ocasião da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), pelo Ministério da Educação (MEC) (MARINHO et. al 2015, p.430)

A inclusão de concepções transversais nas práticas didático-pedagógicas em curso na educação nacional implica na admissão de ações transdisciplinares para seu êxito. “As propostas contidas nos PCN’s, trazem para o ensino fundamental a ideia de ‘extrapolar’ as disciplinas ao trabalhar temas ‘voltados para a vida’, que estariam mais relacionados com o cotidiano e a vida dos estudantes”. (SILVA, 2003, p.20-21). Instado a elaborar um conceito capaz de delinear o que seja e a que se presta a transversalidade, Garcia (2007, p.1) afirma que:

Tratam de processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano. São debatidos em diferentes espaços sociais, em busca de soluções e de alternativas, confrontando posicionamentos diversos tanto em relação a intervenção no âmbito social mais amplo quanto a atuação pessoal. São questões urgentes que interrogam sobre a vida humana, sobre a realidade que está sendo construída e que demandam transformações macrossociais e também de atitudes pessoais, exigindo, portanto, ensino e aprendizagem de conteúdos relativos a essas duas dimensões.

A transposição para os currículos e programas escolares de fundamentos teóricos sob a perspectiva da transversalidade, implica em trazer para o contexto e universo escolares, problemáticas sociais (trabalho, desemprego, fome, sexualidade, desigualdade social, violência, entre outros), que afetam direta ou indiretamente a comunidade escolar. O propósito é contribuir com a concepção de que cabe à

escola, também ser formadora integral dos sujeitos, de sua cidadania e do reconhecimento da ética como um valor a ser perseguido e vivenciado pelas atuais e futuras gerações. Segundo Viana (2012, p. 132), a transversalidade deve ser utilizada também na orientação sobre a sexualidade:

A transversalidade ressalta, então, a vinculação entre sexualidade, tabus e preconceitos, para que a orientação sexual proporcione, entre as pessoas que frequentam as instituições escolares, discussões valiosas sobre as próprias concepções relacionadas às atitudes de cada um na relação com o outro.

Nesta reflexão acima, percebemos a importância de se incluir os temas transversais no cotidiano escolar dos jovens, com naturalidade e respeito aos seus valores e crenças.

Em Joca; Torres; Reidel (2011) os PCN' s devem auxiliar no combate à violência e discriminação em relação à diversidade sexual. Além de criar instrumentos importantes sobre as formas de evitar a gravidez e de se proteger de doença sexualmente transmissíveis. A escola não pode simplesmente fechar os olhos para a realidade atual que é bastante diversa, principalmente no que se refere à orientação sexual.

Devendo trabalhar a orientação sexual nessa perspectiva, existem questões às quais se deve estar atento. Para BRASIL (1998, p. 67):

As crianças e adolescentes trazem noções e emoções sobre sexo, adquiridas em casa, em suas vivências e em suas relações pessoais, além do que recebem pelos meios de comunicação. A Orientação Sexual deve considerar esse repertório e possibilitar reflexão e debate, para que os alunos construam suas opiniões e façam suas escolhas.

Ainda segundo Joca; Torres; Reidel (2011) em um primeiro momento pode parecer apenas que os PCN' s não englobam todas as necessidades das temáticas a serem trabalhadas, porém pode existir também uma decisão em não trabalhar essas questões. Irá depender de oposições da sociedade, instituições que impossibilitam o acesso e a população por falta de conhecimento se posiciona de maneira contrária as questões referentes a orientação sexual.

Consideramos os PCN' s foi elaborado com objetivo de esclarecer questões que contribuam na evolução do indivíduo como cidadão. Pode ser entendida como uma estratégia de ação que, ao invés de provocar um enfrentamento que poderá ser coibido por setores conservadores da sociedade, apresenta uma proposta, ainda

considerada polêmica, para que possa servir como um início de possibilidade de transformação social.

Mas independente do propósito e do modo de lidar com a diversidade sexual nos PCN' s, é indiscutível a necessidade de que cada vez mais possamos ampliar as possibilidades de existência na sociedade, pois a historicidade traz consigo outros modos de ser e estar no mundo. E como a ciência também tem a função de fazer política, refletir sobre a diversidade sexual e a escola é colaborar para uma realidade em transformação, seja de modo mais cauteloso, ou seja, de modo mais diretivo.

CAPÍTULO III:

O AMBIENTE ESCOLAR E SEXUALIDADE NA ESCOLA BARÃO DE MAUÁ

Esse capítulo traz a análise das informações e dados da pesquisa de campo realizada nas turmas de Ensino Médio Regular da Escola Barão de Mauá sobre as formas de abordagem da temática da orientação sexual nesse contexto representativo de uma escola pública estadual, situada no município de Aracaju/Se.

Inicialmente apresenta-se uma contextualização da instituição pesquisada; em seguida abordam-se aspectos relativos à metodologia empregada na pesquisa seguidos pela análise dos dados coletados através da observação e das respostas dadas pelos estudantes sujeitos da pesquisa, relacionando as concepções teóricas presentes neste trabalho.

3.1 A Escola Estadual Barão de Mauá

Segundo dados da Secretaria de Estado da Educação SEED (2011) a unidade de ensino público estadual na qual se realizou a pesquisa de campo, corresponde ao Colégio Estadual Barão de Mauá, denominação originária em homenagem ao empresário, banqueiro e político brasileiro Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá – considerado um incentivador do processo de industrialização nacional, ainda no séc. XIX (1801-1900).

A mencionada unidade de ensino público está localizada à Rua José Araújo Neto, número 119, no Conjunto Residencial Jornalista Orlando Dantas, Bairro São Conrado na zona sul da cidade de Aracaju – Sergipe. Mantida pelo Governo Estadual, foi criada através do Decreto nº 8.332, de 11 de março de 1987, tendo a autorização de funcionamento voltada para turmas do 6º ao 9º ano de acordo com a Resolução CEE Nº 047 de 19/02/2009. O Ensino Médio na instituição foi reconhecido pela Resolução 271/CEE de 23/08/2011.

Por sua infraestrutura física e oferta de matrículas é considerada uma unidade de ensino de referência no bairro contribuindo, assim, para um aumento considerável dos seus alunos. As aulas são ministradas em três turnos. No turno diurno funciona o Ensino Médio Inovador e no noturno o Ensino Médio Regular. De modo específico, o Colégio Barão de Mauá conta com 12 (doze) salas de aula, 01

(uma) Sala de Recursos para Atendimento Educacional Especializado (AEE), onde atualmente são atendidos 120 (cento e vinte) alunos, sob a forma de Educação Integral através do Programa Mais Educação.

No que tange ao perfil da gestão que atua no Colégio Barão de Mauá, esta foi formada por profissionais que desenvolviam suas atividades desde sua fundação em 1987. Em maio de 2007, houve uma mudança na gestão, cuja ocorrência se deve à indicação da comunidade escolar e aprovação do Secretário Estadual de Educação. Desde 2015 até o período atual (2017) a escola está sendo coordenada pelo professor Roberto Ribeiro Moura.

Quanto ao corpo docente lotado no colégio é composto por professores concursados e com formação superior em sua área de atuação, sendo a grande maioria pós-graduados – alguns com mestrado e doutorado. Os servidores são também concursados e atendem às outras necessidades diversas presentes na escola.

A busca de efetivas formas de melhorar a aprendizagem dos escolares repousa, entre outras ações, numa mobilização de toda a comunidade escolar que de forma permanente congrega professores, funcionários e demais integrantes para que todos se responsabilizem pela gestão do conhecimento e da aprendizagem. Assim, a proposta pedagógica do Colégio Barão de Mauá está centrada num compromisso de estimular o aluno a pensar de forma crítica as situações que se apresentem no cotidiano da escola e da comunidade da qual é originário. Nesse sentido busca-se desenvolver sua autonomia, sua capacidade de tomar decisões diante de situações rotineiras, seu senso de cidadania e sua capacidade de se relacionar com o outro.

Nessa perspectiva, o Projeto Político Pedagógico da escola procura agregar ações significativas a serem desenvolvidas pela comunidade escolar que vão desde o conhecimento da função social da escola até as formas mais adequadas de condução do trabalho, para que se aumentem as possibilidades de aprendizagem no ambiente educativo. Desse modo, a gestão democrática consolida uma prática de gestão que fortalece os vínculos entre a escola, a família e a comunidade, os processos de aprendizagem, o gerenciamento de recursos humanos, físicos, financeiros e do patrimônio da escola, avaliação institucional e liderança voltada para ações integradoras de todos os participantes do ambiente escolar. A proposta

pedagógica do Colégio Estadual Barão de Mauá visa garantir que os alunos aprendam sobre o mundo e sobre si mesmos, adquiram conhecimentos úteis e aprendam a trabalhar com informações de complexidade gradativas e contraditórias sobre a realidade social, econômica, política e científica.

O Colégio desenvolve suas atividades a partir do oitavo ano e grande parte desses alunos chega à unidade de ensino, “despreparada” na avaliação da equipe escolar – fato que demanda esforços, de modo que o aluno consiga absorver o conteúdo da série correspondente. A ausência ou incapacidade de acompanhamento escolar por parte da família e a impotência da escola em proporcionar a todos os alunos com insuficiência de aprendizagem um reforço pedagógico, são fatores que contribuem para o baixo desempenho dos indicadores da escola.

Desde 2011 que na mencionada unidade de ensino, o início das atividades letivas é precedido por uma avaliação dos indicadores de resultados apresentados pela escola no ano anterior, sendo redimensionadas propostas e projetadas modificações. De um modo geral, entre outras ações, procura-se chamar a atenção de alunos, pais e professores para a seriedade da problemática. Nesse sentido há, na unidade de ensino, o projeto “Discutindo a Avaliação de Aprendizagem no Colégio Estadual Barão de Mauá” que tem por objetivo rever os instrumentos de avaliação, procurando contemplar os aspectos qualitativos e o acompanhamento dos resultados durante todo o ano letivo.

Quanto ao projeto pedagógico em curso na unidade de ensino, objeto de estudo, defende que a avaliação escrita não poderá ter valor superior a sete, sendo a nota da unidade complementada com atividades diversas no valor de três pontos. A ideia foi recepcionada pelos professores, sendo que no contexto de algumas disciplinas, a pontuação assumiu significado e valor superior à estabelecida pelo projeto na parte qualitativa.

Fato é que, gradativamente, os resultados veem apresentando significativos avanços, os quais se refletem no ensino fundamental, com valores correspondentes a três pontos percentuais de aprovação acima dos índices relativos ao ano de 2010 e treze pontos no ensino médio. Tais resultados decorreram de um intenso acompanhamento pedagógico desde as primeiras séries do ensino médio e adesão aos programas do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, como

Mais Educação e Ensino Médio Inovador) e, conseqüentemente, redução na taxa de reprovação e evasão escolar em relação ao ano anterior.

Embora o Colégio Barão de Mauá³ venha conquistando avanços quanto aos índices de aprovação e promoção dos alunos em instituições superiores de ensino, o fato é que permanecem os desafios didáticos e pedagógicos, trazidos ao universo da sala de aula nas discussões atuais sobre temas transversais – os quais envolvem sexualidade, gênero, homossexualidade, direitos, lutas, conquistas dos grupos LGBT' s, no mundo, Brasil e Sergipe. Este é considerado um desafio constante aos educadores das escolas públicas e particulares brasileiras.

Os questionários aplicados traziam 10 (dez) questões e estavam divididos em duas etapas de perguntas. Na primeira etapa se investigara o perfil dos sujeitos da pesquisa, incluindo-se dados socioeconômicos dos entrevistados. Num segundo momento, a pesquisa possibilitou levantar os processos didático-pedagógicos e conteúdo curricular que tratam da orientação sexual.

3.2 Análise e interpretação dos dados de pesquisa

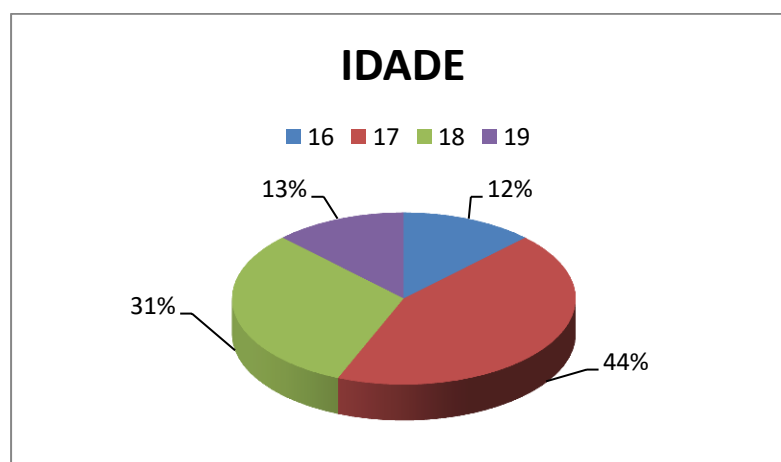
Neste segmento serão trazidos os dados de perfil dos respondentes (idade, sexo, série/ano, tempo de escola e renda familiar do aluno) e em seguida os dados coletados sobre o tema da orientação sexual na escola.

3.2.1 - Perfil dos Estudantes

Com relação à faixa etária dos pesquisados verificou-se que 44% possuem 17 (dezessete) anos; 31% possuem 18 (dezoito) anos; 13% possuem 19 (dezenove) anos e 12% possuem 16 anos.

³ SERGIPE, Secretaria de Estado da Educação. Relatório Colégio Barão de Mauá, 2011. Disponível: http://www.seed.se.gov.br/arquivos/premio_gestao/Relatorio_Col_Barao_Maua-1.pdf.

Gráfico 1 - Idade

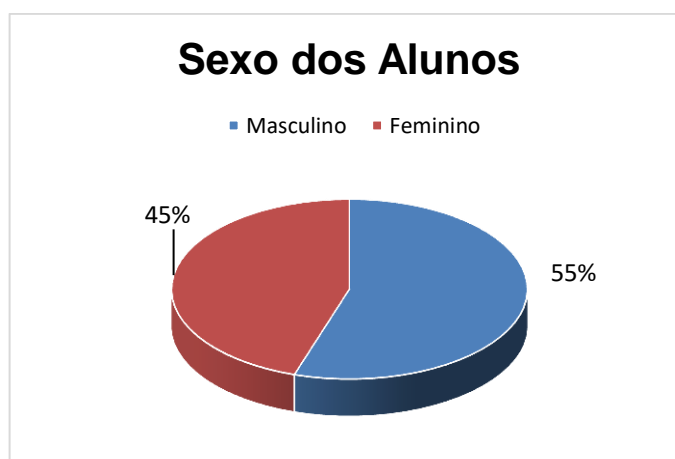


Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Este resultado indica uma heterogeneidade de faixa etária entre os alunos respondentes da pesquisa, ressaltando que a aceitação dessa faixa etária está compatível com a previsão legal contida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9394/1996) e na Organização Mundial de Saúde (OMS) 1986. A juventude é definida como período entre 10 a 19 anos (adolescentes).

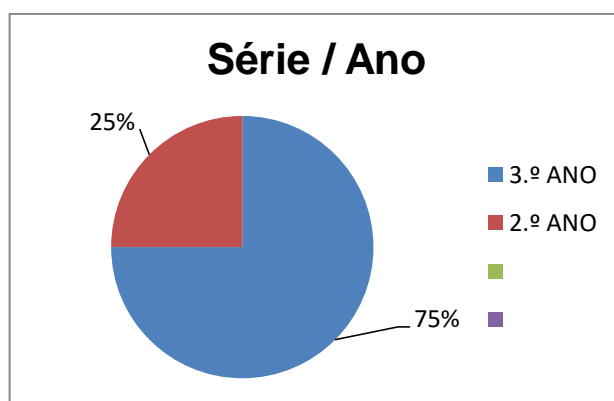
Com relação ao sexo dos pesquisados verificou-se que 55% (cinquenta e cinco por cento) dos alunos são do sexo masculino, perfazendo um total de 09 (nove) alunos; enquanto que 45% (quarenta e cinco por cento) das respondentes são do sexo feminino, perfazendo um total de 07 (sete) alunas.

Gráfico 2 - Sexo



Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

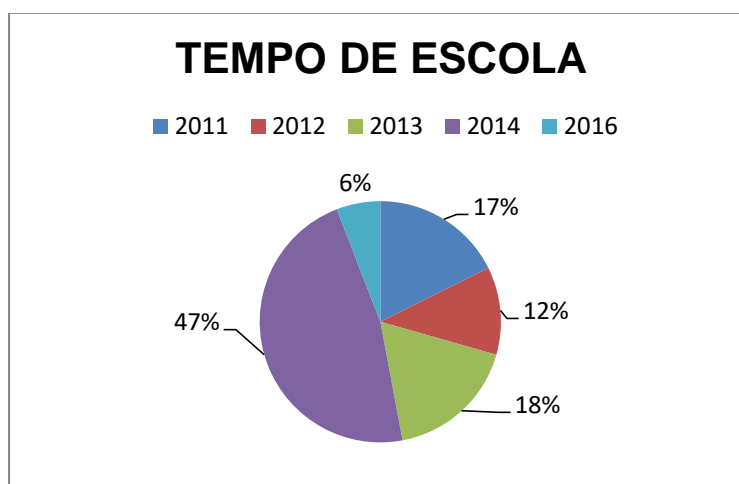
Gráfico 3 - Série / Ano dos alunos



Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

O universo da pesquisa perfaz um total de 16 (dezesesseis) alunos que efetivamente participaram da pesquisa. Entre estes, 75% estão matriculados nas turmas de 3.º Ano “A” e 25% na turma 2º “B” do Colégio Estadual Barão de Mauá.

Gráfico 4 - Tempo de Escola



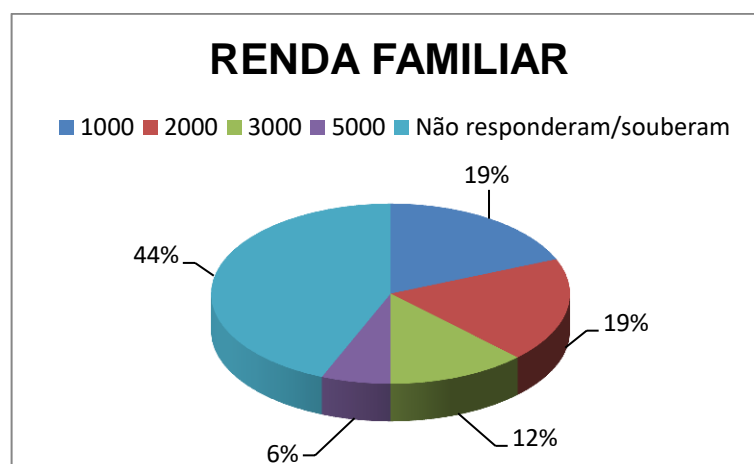
Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Os dados coletados revelam que 47% dos alunos participantes da pesquisa estão matriculados na unidade de ensino público estadual numa sequência progressiva desde o primeiro ao terceiro ano, pelo período de 2011-2016. Destes participantes 6% 01(um) aluno foi matriculado no ano de 2016.

A renda familiar dos alunos que efetivamente participaram desta pesquisa foi um dado de difícil obtenção, pois alguns dos entrevistados não sabiam precisamente informar sobre o quanto seus familiares recebiam. Após algumas tentativas, cerca de 44% dos respondentes não informaram a renda familiar. 19% dos alunos

afirmaram possuir uma renda familiar de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais); 19% dos alunos informaram renda familiar em torno de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais); 12% dos alunos informaram renda familiar em torno de R\$ 3.000,00 (Três mil reais) e 06% informaram uma renda de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Gráfico 5 - Renda Familiar



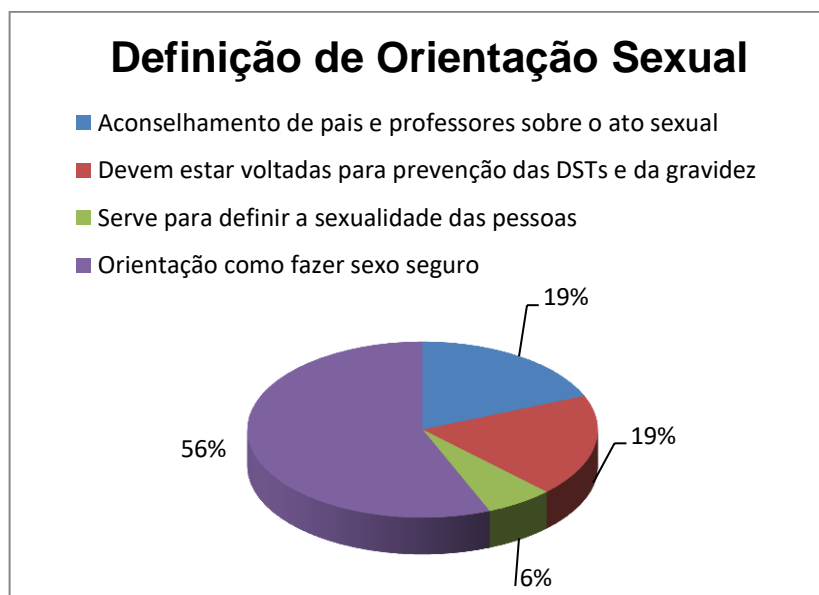
Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Os dados coletados sobre a renda familiar revelam que os alunos participantes da pesquisa vêm de famílias de classe baixa/ média, coerente com o perfil traçado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Segundo o IBGE (2010) pode-se considerar como pertencente às famílias de classe baixa até dois salários mínimos e a média tendo renda de aproximadamente dois a 10 salários mínimos por mês.

3.2.2- Sobre o Tema da Orientação Sexual

Os alunos participantes da pesquisa foram convidados a definir o que seria a orientação sexual. Em suas respostas 56% dos respondentes definiram orientação sexual como um conjunto de orientações cujo objetivo está ligado à realização da prática de sexo seguro; 19% expressam orientação sexual como a tarefa de responsabilidade de pais e professores abordando o tema do ato sexual; 19% dos respondentes definiram orientação sexual como orientações que devem estar voltadas para a prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST's e da gravidez indesejada; 6% dos respondentes definiram orientação sexual como um tipo de orientação que ajuda na definição da sexualidade do jovem adolescente.

Gráfico 6 - Definição de Orientação Sexual



Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

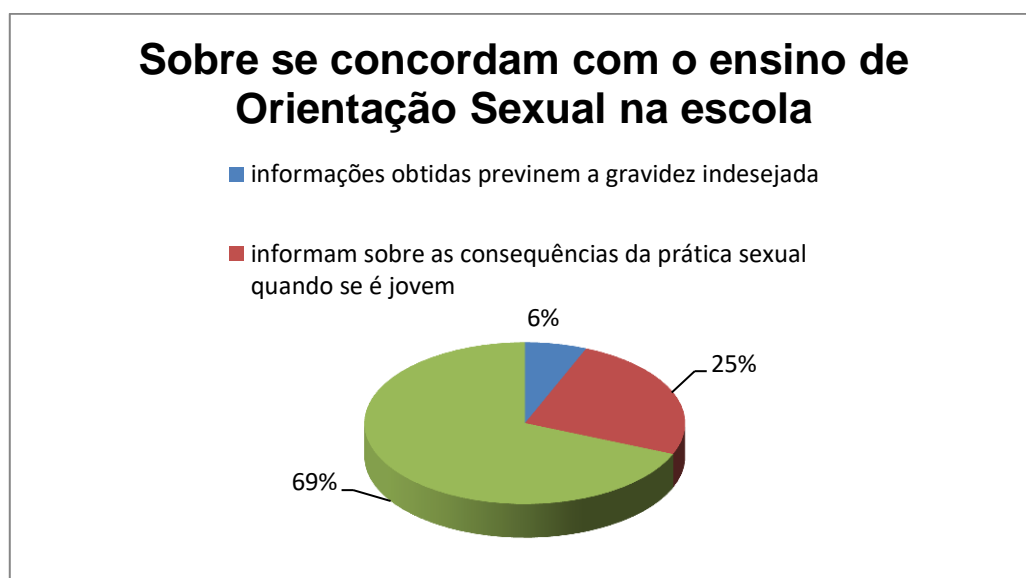
Os dados coletados revelam que os alunos participantes da pesquisa, ao externarem seu conceito sobre orientação sexual, o associam a noções exclusivas de orientar e/ou ensinar jovens adolescentes a optar sobre quando fazer sexo e como fazê-lo de modo seguro, relacionando-se, portanto, à segurança no uso de preservativos e outros meios contraceptivos. No entanto, segundo o MEC (1998, p.293) se:

A escola deseja ter uma visão integrada das experiências vividas pelos alunos, buscando desenvolver o prazer pelo conhecimento, é necessário reconhecer que desempenha um papel importante na educação para uma sexualidade ligada à vida, à saúde, ao prazer e ao bem-estar e que englobe as diversas dimensões do ser humano.

Compreende-se, portanto, que a escola necessita construir um campo dos estudos sobre a sexualidade compreendida de forma mais ampla. O ambiente escolar deve conceder aos adolescentes informações que possibilitem refletir sobre a sua sexualidade, seus prazeres e dúvidas frequentes neste momento da vida. Esse espaço do trabalho sobre a orientação sexual na sala de aula além de ser um espaço de aprendizagem é convocado a intervir e imprimir diretrizes no desenvolvimento humano dos alunos.

Todos os respondentes da pesquisa concordam com a abordagem sobre orientação sexual no contexto escolar, por diferentes motivos. Os dados estão expostos no gráfico 7 (abaixo):

Gráfico 7 - Concordância com o conteúdo, Orientação Sexual na escola



Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Os percentuais obtidos atestam que 69% dos respondentes concordam com as informações obtidas sobre os conteúdos de orientação sexual no contexto escolar, uma vez que o assunto não é tratado em casa. Outros 25% dos respondentes também manifestaram apoio justificando que as informações obtidas são úteis aos jovens adolescentes, especialmente sobre as consequências da prática sexual, 6% dos respondentes valorizam conteúdo, pois as informações obtidas previnem a gravidez indesejada.

Entendemos que os dados coletados revelam que os alunos participantes da pesquisa reconhecem como válidas as informações recebidas sob a ótica da orientação sexual, sobretudo pelo fato desse assunto não ser discutido no ambiente familiar. Historicamente os pais sentem dificuldade em falar sobre sexualidade com os filhos. Para Gonçalves; Faleiro; Malafaia (2013, p. 257):

os pais se sentem tímidos e incomodados em tratar da sexualidade e consequentemente optam pela omissão de informações e por atitudes repressoras para tentar conter as dúvidas e ansiedades dos filhos acerca do assunto.

Podemos observar que essa omissão por parte dos pais constitui-se uma fonte de problemas, pois de um lado a manifestação da sexualidade e o desejo de saber das crianças e adolescentes se evidencia, mesmo quando o tema não possui espaço no ambiente familiar; de outro, é fator intrigante para os próprios pais que, na

sua maior parte, não se sentem preparados para dialogar sobre a mesma, transferindo essa responsabilidade para a escola.

Essa postura parece permanecer como um problema mesmo considerando-se os novos conceitos/composições da família na sociedade contemporânea. Sobre isso, destaca Daneluz (2008, p. 4) que:

[...] hoje, ao se lidar com famílias, é preciso deixar de lado o velho modelo nuclear e ter em mente que cada família constitui um universo, um sistema de relações evitando-se os paradigmas de família regular versus irregular. O mais importante é valorizá-las enquanto espaços de produção da identidade social.

Identidade esta que deve estar presente no seu cotidiano possibilitando assim conhecer os seus valores enquanto família independente do modo que ela esteja constituída. Em Brasil (1988, Art.226, p. 56):

A família, antes restrito àquela constituída pelo casamento, foi ampliada para abranger a família monoparental. Esta espécie de família rompeu com a ideia preconcebida de que o núcleo familiar deve ser oriundo do casamento e compreender o pai, a mãe e os filhos. O fato é que esta entidade familiar pode se originar de diversos fatores e compreende, apenas, um dos genitores e seus descendentes.

É importante o esclarecimento da família sobre a educação sexual para com os seus filhos, manter aberto o canal de diálogo, pois em alguns casos os pais reproduzem o modo como foram criados, com preconceitos, juízos conservadores de valor e tabus, dificultando o adolescente ter o apoio familiar, neste período de tantas descobertas e experimentações. No entendimento de Ramiro e Matos (2008, p.2):

[...] no que diz respeito ao mais importante agente de socialização - a família, investigações sugerem que a atitude parental positiva em relação à sexualidade, bom relacionamento e a percepção de supervisão parental influenciam no adiamento da primeira experiência sexual dos filhos, no aumento da contracepção e na redução de gravidez não planejada.

Assim podemos compreender que é de suma importância a concretização do objetivo de educar os jovens para que eles possam desenvolver as suas capacidades de auto-realização, pois, poderão efetivamente, constituir-se com atitudes e saberes estimular a maturação física e transformação que está ocorrendo no seu corpo e na sua vida com autonomia, consciência e liberdade de expressão. Mas sabemos que no cotidiano existem muitos mitos a serem quebrados quando se fala de sexualidade na família. Conforme Dias e Gomes (1999, p.86):

É a alteridade que se estabelece entre a experiência dos pais e a de suas filhas (que inclui os novos valores) que possibilita a resignificação da sexualidade dos pais. A regra decorrente desse novo enquadre dado à sexualidade é a implementação obrigatória de um diálogo sobre a temática no contexto familiar, diferentemente do que foi experienciado em suas adolescências.

A partir das reflexões dos autores podemos compreender que os pais precisam dialogar sobre a sexualidade assim que adolescente esboçar o desejo de entender algo sobre seus desejos, sentimentos. As possibilidades de o adolescente saber lidar com o turbilhão de pensamentos e sensações são maiores, de acordo com a forma que for explicada. Caso ocorra a inibição ou negação em discutir o tema, é possível que esses jovens tenham concepções distorcidas e pejorativas sobre a mesma.

Para Matos e Oliveira (2011, p.05) “[...] não compete à escola, em nenhuma situação, julgar como certa ou errada a educação que cada família oferece. O papel da escola é abrir espaço para que a pluralidade de concepções, valores e crenças sobre sexualidade possa se expressar”. Percebemos a importância de que o espaço escolar possa abordar temas relacionados à orientação sexual, respeitando valores, crenças, advindos dos jovens, do seu cotidiano familiar.

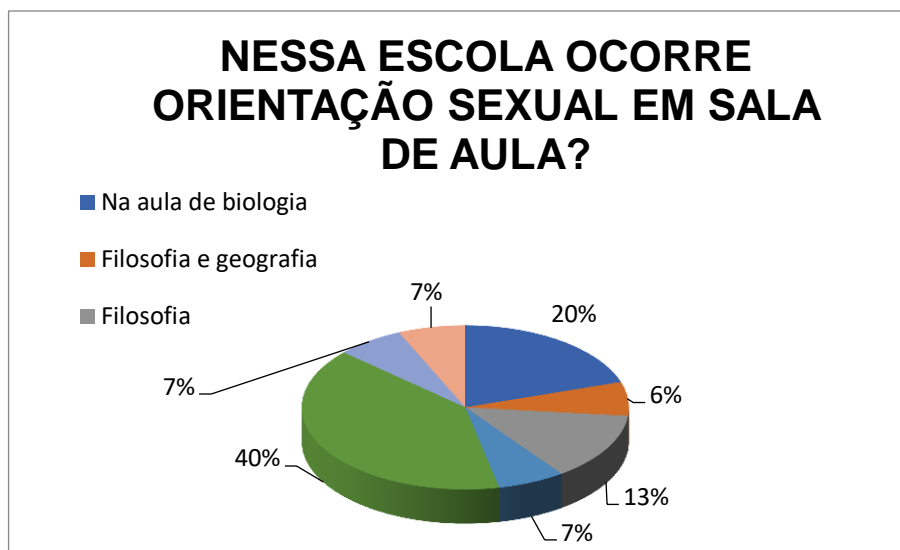
Entendemos ser de suma importância discutir na sala de aula assuntos relacionados à orientação sexual, mas para que isso ocorra é necessário que se estabeleça uma relação de respeito e de confiança entre alunos e professores. Nos PCN’s (BRASIL, 1998, p.302) os docentes “[...] precisam se mostrar disponíveis para conversar a respeito dos temas propostos e abordar as questões de forma direta e esclarecedora, exceção feita às informações que se refiram à intimidade do educador.”

Figueró (apud MATOS et al. 2008, p. 464) destaca que: “o docente é o principal sujeito orientador dessa formação continuada. Tem que partir dele o desejo de transformar suas concepções e sua prática pedagógica, possibilitando o conhecimento e o desenvolvimento da vida sexual com maior espontaneidade [...]”. Os Parâmetros Curriculares Nacionais servem como referências para que o docente possa trabalhar de forma consciente com seus alunos. Ao tempo que ele estimula que o espaço venha a debater sobre DST’s (doenças sexualmente transmissíveis), sobre como evitar uma possível gravidez não programada, também pode servir para tirar dúvidas sobre mitos e tabus que envolvem a prática do sexo.

Nesse sentido, perguntamos como ocorrem as abordagens sobre orientação sexual no contexto da sala de aula e a maior parte dos respondentes (40%) afirmou que somente ocorrem nas aulas de Biologia, com ênfase nos aparelhos reprodutores masculino e feminino; 13% dos respondentes afirmaram que apenas nas aulas de Filosofia e 6% indicaram as aulas de Filosofia e Geografia.

Identificamos, entretanto, que 41% dos respondentes forneceram **respostas um tanto controversas sobre a existência do assunto no ambiente escolar**. 20% dos respondentes afirmaram que o tema **às vezes** é abordado nas aulas de biologia; fracionados em três grupos de 7%, cada um, alguns afirmaram que **raramente se aborda o tema orientação sexual** e, quando acontece, é nas aulas de Biologia a ênfase é nas DST's; o mesmo percentual informou **que às vezes o tema é abordado, mas não identificou onde** e outros 7% **não informaram se a temática é abordada**.

Gráfico 8 - Sobre a orientação sexual em sala de aula



Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Os dados coletados revelam que os alunos participantes da pesquisa que identificam o conteúdo da orientação sexual na escola apontaram para o fato de que o tema tem sua abordagem nas disciplinas Filosofia, Geografia e Biologia. A partir das respostas dadas pelos adolescentes, fica perceptível que as aulas não focam em temas relacionados à orientação sexual num espaço específico fora de sala de aula, em desarmonia com que é referência nos PCN's (1996). Nele encontram-se

propostas de ações importantes ao que se refere à inclusão da implementação da orientação sexual:

A partir da quinta série, além da transversalização já apontada, a Orientação Sexual comporta também uma sistematização e um espaço específico. Esse espaço pode ocorrer, por exemplo, na forma de uma hora-aula semanal para os alunos (dentro ou fora da grade horária existente, a depender das condições de cada escola. (BRASIL, 1997, p.308)

Sendo abordada predominantemente no contexto da disciplina de Biologia, o conteúdo diz respeito aos aparelhos reprodutor masculino e feminino e às DST's. Entretanto, segundo os PCN's a orientação sexual na escola – tema transversal criado pelo Ministério da Educação – propõe que ao ser abordada dentro das disciplinas as instituições de ensino dialoguem e reflitam com os jovens sobre o tema da sexualidade, respeitando questões culturais e sociais em que os jovens se inserem, cabendo o cuidado também de não direcionar a intimidade de um jovem ou outro, evitando constrangimentos.

Em se tratando da questão da orientação sexual é interessante que o professor procure atentar-se às dúvidas e questionamentos para saber transmitir informações aos seus alunos, mas também como profissional criar e construir conhecimentos. A educação tem como missão transmitir conhecimentos sobre a diversidade da cultura humana e levar as pessoas a tomarem consciência das semelhanças da independência entre os seres humanos. Segundo os PCN's (1997, p.128).

Será por meio do diálogo, da reflexão e da possibilidade de reconstruir as informações, pautando-se sempre pelo respeito a si próprio e ao outro, que o aluno conseguirá transformar e/ou reafirmar concepções e princípios, conteúdo de maneira significativa seu próprio código de valores.

Cabe à escola desenvolver a ação crítica e reflexiva para desenvolver essa orientação sexual. Sob essa perspectiva para os PCN's (1997) o objetivo da escola é informar e discutir os tabus, preconceitos, crenças e atitudes que existam na sociedade, a educação sexual tem que ser tratada como coletivo.

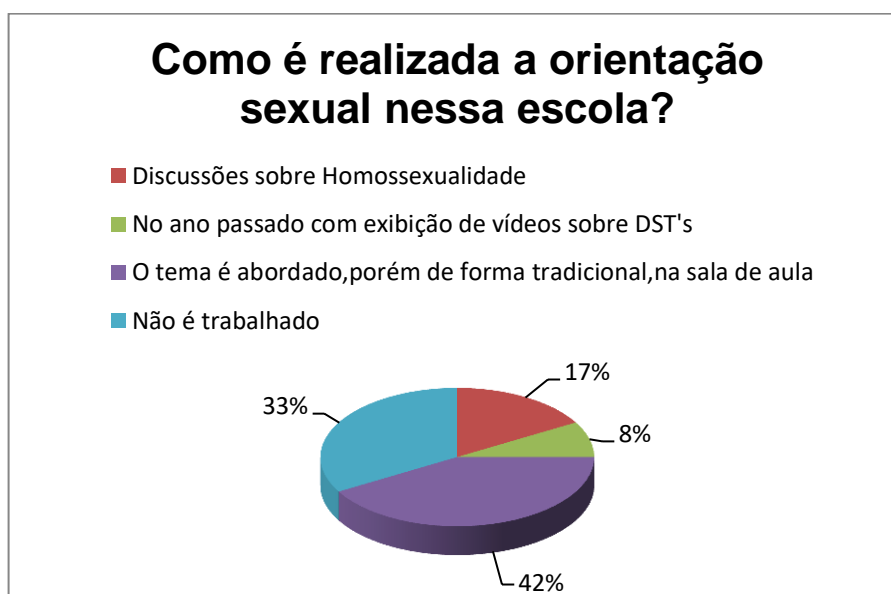
Para que o professor consiga formar esse educando, seguindo as reflexões de Figueró (2004 apud MATOS et al., 2008, p. 4646) “é necessária uma formação continuada que contribua para o desenvolvimento profissional individual, para depois coletivamente, em busca de identidade cultural de seus saberes e para uma escola renovada.”

Na perspectiva dos PCN's a postura do educador deve reconhecer como legítima e lícita, por parte dos adolescentes, a busca do prazer e as curiosidades manifestadas em torno da sexualidade, uma vez que fazem parte integralmente do seu processo de desenvolvimento e destaca-se que o tema transversal da orientação sexual deve ser debatido em todas as disciplinas da grade curricular.

O trabalho de orientação sexual não privilegia apenas a prevenção do educando, pois uma educação deve ter seus sentidos amplos, proporcionando reflexões psicológicas, afetivas, sociais e culturais entre os seres humanos. Esses processos levarão os alunos a refletir sobre a sexualidade em distintos ângulos na sociedade atual para além de seu caráter biológico.

Quanto à metodologia utilizada sobre orientação sexual nesta unidade de ensino pública, (42%) dos respondentes afirmaram que o tema é abordado, porém de forma tradicional, em sala de aula; 33% dos respondentes informaram que o tema não é trabalhado; 17% dos respondentes afirmam que é realizada com discussões sobre homossexualidade; 8% dos respondentes afirmaram que em 2015 a professora de Biologia exibiu vídeos sobre DST's, seus sintomas e sequelas.

Gráfico 9 - Quanto à metodologia utilizada na escola sobre orientação sexual



Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Convém ressaltar que novamente em relação à metodologia aparecem abordagens restritivas à sala de aula e numa perspectiva biologizante. Segundo o PCN's (1998), qualquer professor pode discutir sobre sexualidade na sala de aula,

devendo ficar a critério de cada docente no âmbito da disciplina que leciona, contribuir na formação de adolescentes conscientes sobre a sua sexualidade e as diversas formas de prevenção. Metodologicamente indica-se que cada professor deve contribuir de maneira efetiva e aberta sobre o tema, pois trata-se de uma questão que faz parte do dia a dia do ser humano. Por isso, é preciso orientar aos jovens sobre suas escolhas, desde a gravidez na adolescência, como também de outros temas diversos, tais como: homossexualidade, transexualidade, drogas, entre outros temas vivenciados cotidianamente pelo adolescente na interface com a orientação sexual.

Ainda de acordo com os PCN's (1998), os professores precisam efetivamente na discussão sobre o tema, mostrando qual a importância do cuidado, da prevenção sem causar nenhum desconforto tanto para o professor quanto para os alunos na sala de aula. O docente deve estar disposto a discutir sobre o tema em qualquer momento, pois só assim o aluno conseguirá expressar suas dúvidas e apreensões sobre a realidade por ele vivenciada. Fica bem entendida a importância de um diálogo aberto entre professores e alunos na sala de aula, onde convém que se respeite tanto a vontade do professor, como a do aluno em discutir temas mais específicos e que não venham a constranger nenhuma das partes, pois sabe-se que há alunos em sala de aula que evitam de falar sobre suas dúvidas por vergonha ou medo de não ser aceito pelos colegas.

Para Suplicy (1998, p.16): "É fundamental que o orientador tenha uma atitude positiva frente à própria sexualidade, que seja capaz de tratar com naturalidade as questões levantadas." Os professores necessitam estar prontos para abordar temas transversais, os quais envolvem questões sociais e morais, além de enforçar a liberdade, autonomia e o respeito e a individualidade dos alunos.

[...] os professores necessitam entrar em contato com suas próprias dificuldades diante do tema, com questões teóricas, leituras e discussões referentes à sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto aos alunos e ter acesso a um espaço grupal de produção de conhecimento a partir dessa prática, se possível contando com assessoria especializada. A formação deve ocorrer de forma continuada e sistemática, propiciando a reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual. É necessário que os professores possam reconhecer os valores que regem seus próprios comportamentos e orientam sua visão de mundo, assim como reconhecer a legitimidade de valores e comportamentos diversos dos seus. Tal postura cria condições mais favoráveis para o esclarecimento, a informação e o debate sem a imposição de valores específicos. (BRASIL, 1997, p.303).

Os docentes necessitam se qualificar profissionalmente e ampliar seu ponto de vista sobre os temas trabalhados na sala de aula evitando que se tornem meros reprodutores de normas tradicionais, especialmente sobre a sexualidade dos adolescentes. Sendo assim, é importante refletir sobre construir propostas pedagógicas que levem em consideração todas as dimensões dos educandos, ressaltando que a sexualidade está presente e manifesta-se em cada universo. O desenvolvimento sexual abrange questões como: saúde reprodutiva, relações interpessoais, afetividade, imagem corporal, autoestima e relações de gênero. Segundo Gasque e Costa (2003, p.55):

[...] a formação continuada é importante para que o professor se atualize constantemente e desenvolva as competências necessárias para atuar na profissão. A ideia de competência parece, então, transbordar os limites dos saberes, ou seja, o professor deve possuir tanto conhecimentos quanto competências profissionais que não se reduzem somente ao domínio dos conteúdos ensinados.

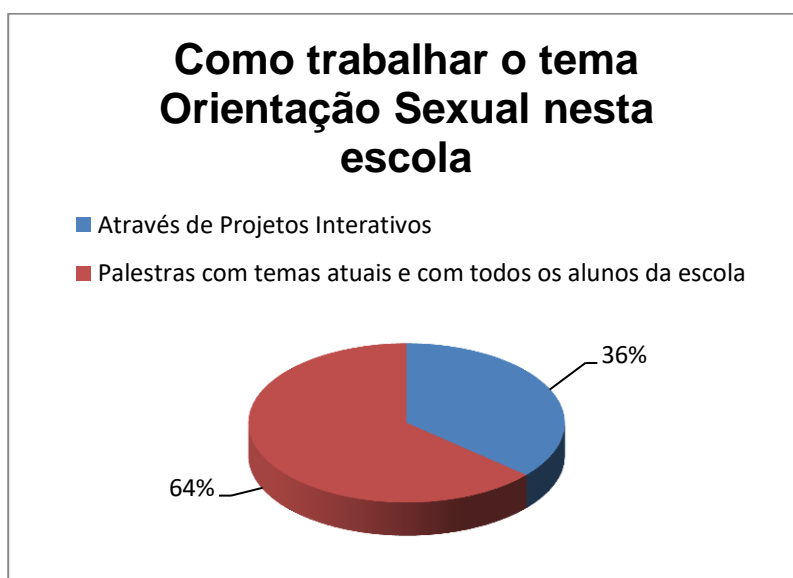
Podemos ressaltar que essa capacitação do docente, além de ser importante para o seu desenvolvimento profissional, contribui para a quebra de paradigmas sobre os mitos e os tabus existentes na discussão sobre a sexualidade na sala de aula. Ao mesmo tempo o auxilia na busca de suas objeções e traumas vivenciados na sua vida, além de ampliar seu ponto de vista.

No entanto, não basta somente a qualificação do docente; é necessário que ele disponha também de livro didáticos, auditórios e equipe de apoio para auxiliá-lo na prática de formação e educação da sexualidade juvenil. Considerando tais aspectos que envolvem recursos humanos e também estruturais da escola, os dados coletados revelam que os alunos participantes da pesquisa não demonstraram satisfação sobre a forma como o conteúdo orientação sexual é abordado em sala de aula pelo conjunto dos professores e ***cabe destacar que 100% dos alunos que participaram da pesquisa não conseguiram identificar nesta unidade de ensino pública a existência de um projeto para estudos sobre sexualidade, o que significa que não deve existir nenhuma ação com este perfil.***

Nesse sentido, questionamos sobre outras formas que poderiam ser utilizadas para trabalhar a temática. 64% dos respondentes afirmaram que o aprendizado sobre orientação sexual na escola poderia ser através de palestras; 36% dos

respondentes afirmaram que a temática da orientação sexual poderá ser melhor trabalhada sob a forma e projetos com maior participação dos alunos. Os dados coletados revelam, portanto que os alunos participantes da pesquisa, em sua maioria, afirmaram serem as palestras e os debates bons instrumentos para o ensino de conteúdos sobre orientação sexual na escola conforme atesta o gráfico abaixo:

Gráfico 10 - Como a escola pode trabalhar o tema de maneira a incentivar o aluno



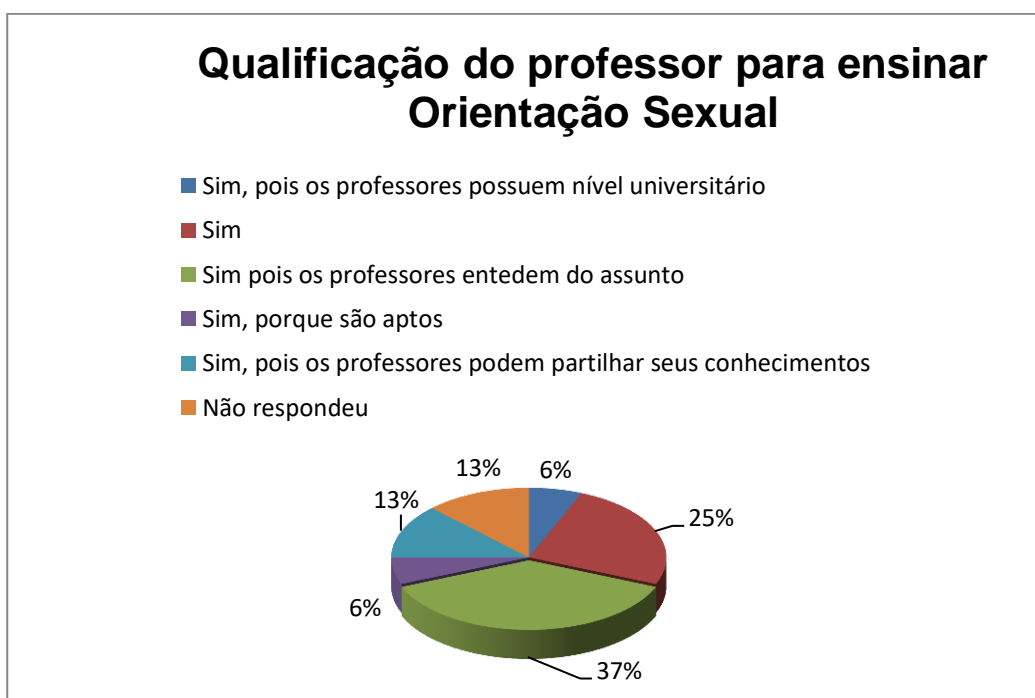
Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Também na compreensão dos PCN's (1998), o tema deve ser discutido utilizando-se os recursos pedagógicos mais variados possíveis, o que pode ser feito através de teatro, debates, filmes e outras modalidades de abordagem. Recomenda-se, sempre que possível, que os alunos participem da discussão e construam juntos temáticas acompanhados por professores para facilitar a discussão e as formas de condução do projeto. Recomenda-se também que a escolha do tema a ser abordado seja dos alunos.

Fica evidente que essa construção e discussão sobre os diversos temas trabalhados tende a facilitar a compreensão sobre a sua sexualidade e as diversas formas de prevenção, aceitação e construção de um indivíduo mais informado para vivenciar a realidade constituída nessa faixa etária, que é marcada por grande complexidade.

Quanto à qualificação dos docentes da unidade de ensino para relacionar conteúdos sobre orientação sexual, a maior parte dos alunos participantes da pesquisa (87%) respondeu positivamente. No entanto, as justificativas indicadas variaram, pois 37% indicaram que os professores entendiam do assunto; 25% dos respondentes disseram apenas que sim; 13% dos respondentes disseram que sim, pois os professores podem partilhar seus conhecimentos; 6% afirmam que os professores estavam qualificados, pois possuíam nível universitário; 6% dos respondentes disseram que sim, pois os professores estão aptos. No entanto, 13% dos respondentes não opinaram sobre o tema.

Gráfico 11 – Qualificação do professor para ensinar Orientação Sexual



Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Segundo os dados obtidos, portanto, apesar da maioria dos alunos (87%) afirmou que os professores estão aptos, no entanto, alguns desses não contribuem para a discussão. É importante ressaltar que cabe a cada professor trabalhar ou não a orientação sexual na sala de aula, pois não é obrigatório. No entanto, é de suma relevância para o contexto escolar a existência de debates na sala de aula sobre o tema e que ocorram de maneira aberta e simples para que cada aluno possa entender melhor a fase que está vivenciado, com seus medos, mitos e indecisões.

Para Gonçalves; Faleiro; Malafaia (2013), os profissionais que conseguem dar prosseguimento na sua capacitação profissional possuem um fator importante no processo de aprendizagem dos adolescentes. A perspectiva de unir teoria e prática com domínio poderá trazer vivências de ensino-aprendizagem para os educandos com clareza, reflexões, debates e temáticas relacionadas aos temas transversais sugeridos pelos PCN's, com destaque a orientação sexual, tema desta pesquisa.

Para Gonçalves; Faleiro; Malafaia (2013, p.259):

[...] atualmente os professores podem, por exemplo, procurar facilmente, na rede mundial de computadores, por cursos de capacitação relativamente flexíveis, como aqueles ligados a pós-graduações *lato sensu*, cursos de curta duração oferecidos no âmbito de programas e projetos de extensão vinculados a instituições de ensino superior, cursos de curta duração oferecidos na modalidade de ensino a distância, dentre outros.

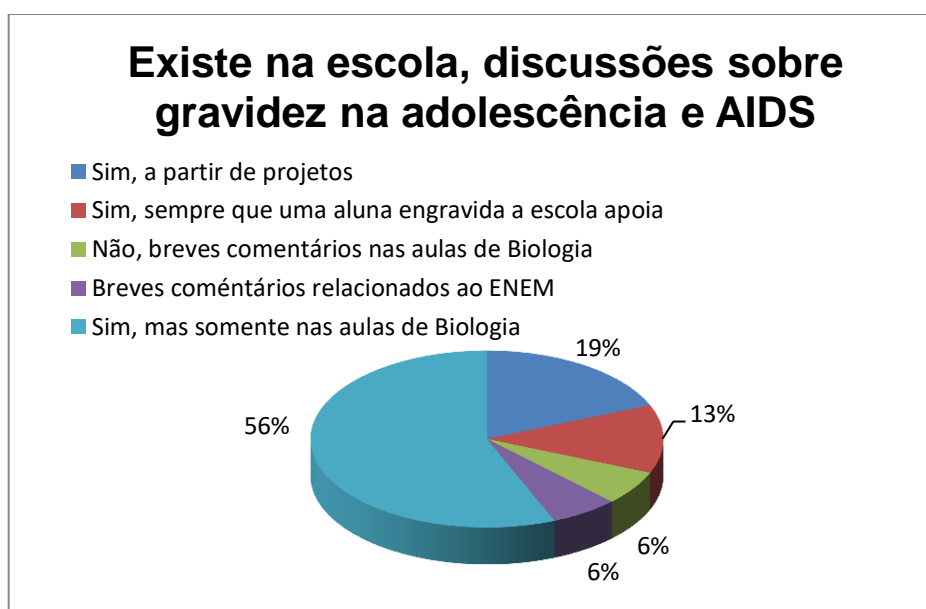
A partir dos autores referendados, pensamos que o professor se torna reflexivo, passa a ser um produtor de conhecimentos que permite uma melhoria em sua prática docente, fazendo assim uma análise mais profunda da organização das atividades, reformulando e realizando as alterações pertinentes para que o encaminhamento das suas aulas fique estruturado buscando um melhor desenvolvimento integral dos seus alunos. Porém, na realidade brasileira os professores encontram dificuldades em dar seguimento às capacitações e manterem-se atualizados com sua realidade. Segundo pesquisa realizada com três mil profissionais, pelo Instituto Ayrton Senna, em seu Relatório Anual entre 2012-2013 destaca-se que: “entre os principais obstáculos à capacitação de professores, a pesquisa destacou a falta de tempo e de incentivos formais para participar de ações desse tipo, além da alta rotatividade dos profissionais nas escolas.”

Na compreensão de Rodrigues e Salles (2011), a escola deve construir propostas pedagógicas que levem em consideração todas as dimensões dos educandos, ressaltando que a sexualidade está presente e manifesta-se em cada indivíduo. É necessário que o professor possa orientar os adolescentes para que a sua sexualidade venha a acontecer de forma natural e que suas ações possam reforçar a vida afetiva do ser humano. O professor/educador deve exercer o seu papel de mediador e abrir discussões sobre a dimensão sexual, trazendo os alunos para a fantasia, despertando o adolescente para as brincadeiras, músicas, poesias, filmes como recursos didáticos que auxiliam, estabeleçam diálogos, não

demonstrando seus preconceitos e suas próprias concepções a respeito da sexualidade humana.

Procuramos saber se na unidade de ensino pesquisada ocorrem discussões sobre gravidez na adolescência, AIDS e outras DST's. Noventa e quatro por cento (94%) dos participantes responderam afirmativamente, variando a identificação percentual do complemento a esta resposta. 56% dos respondentes afirmaram que a abordagem dos temas é restrita às aulas de Biologia; 19% dos respondentes identificaram o conteúdo na forma de projetos; 13% mencionam que a escola e os professores sempre dão suporte às alunas quando estas engravidam; 6% dos respondentes afirmaram que sim, mas direcionando para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Os 6% dos respondentes, responderam negativamente, justificam² que os temas aparecem apenas em breves comentários nas aulas de Biologia.

Gráfico 12 - Existe na escola discussões sobre gravidez na adolescência e AIDS



Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Os dados coletados revelam que os participantes reconhecem que as informações sobre gravidez na adolescência, AIDS e doenças sexualmente transmissíveis recebidas no ambiente escolar são insuficientes e restritas às aulas de biologia, sem interatividade e, muitas vezes, motivadas por situações concretas, a exemplo de quando uma colega de classe engravida. Segundo Heilborn (2006) o acesso ao conhecimento da sexualidade aos jovens nas escolas deve ser orientado

de forma mais abrangente, não eventual, estando em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com a inclusão dos temas transversais, dialogando com outras disciplinas sobre educação sexual.

A análise das respostas apresentadas pela pesquisa de campo permitiu observar que embora a unidade de ensino possua recursos didáticos compatíveis com o processo de ensino e aprendizagem, professores qualificados (mestrado e doutorado) possui dificuldades de tratar o tema da orientação sexual de forma mais abrangente, tanto do ponto de vista de seu conteúdo, como das possibilidades metodológicas de abordagem.

A sexualidade, ao contrário do que se pensa, não é uma questão de “instintos” dominados pela natureza ou apenas de impulsos, genes ou hormônios. Tampouco se resume às possibilidades corporais de vivenciar prazer e afeto. Ela é, sobretudo, uma construção. A sexualidade envolve um processo contínuo, e não linear, de aprendizado e reflexão por meio do qual, entre outras coisas, elaboramos a percepção de quem somos. Esse é um processo que se desdobra em meio a condições históricas, sociais e culturais específicas. Nascemos dotados e dotados de determinadas capacidades biológicas. Todo o resto se constrói e vai se formando ao longo da vida. Por isso, as expressões da sexualidade são tão diversas. (BRASIL, 2009, p.2).

Nesta perspectiva, observa-se a necessidade de uma orientação sexual de qualidade nas escolas a fim de contribuir para crianças, adolescentes e jovens terem condições saudáveis e éticas para construção e expressão de sua sexualidade.

Na sequência serão informadas as considerações conclusivas reveladas por nossa pesquisa.

4 - CONCLUSÃO

Neste estudo procurou-se aprofundar as discussões teórico-metodológicas sobre o ensino da temática transversal “Orientação Sexual” numa escola pública estadual, localizada no município de Aracaju.

A incorporação nos currículos escolares de temáticas como ética, cultura, orientação sexual decorre em parte da atual legislação educacional do Brasil, representada pela Lei n.º 9.393/96 - Lei das Diretrizes e Bases da Educação a qual defende a construção e estruturação da educação nacional inclusiva comprometida com a discussão e defesa da diversidade (também denominada questões de gênero), em consonância com a Constituição de 1988 em razão da importância conferida às garantias e aos direitos do ser humano.

Nesse sentido, ao defender uma educação obrigatória, de qualidade e baseada na pluralidade de ideias, na autonomia do ensino e da pesquisa, a Constituição Brasileira lançou as bases para a construção de um documento educacional, originado e emanado do Ministério da Educação, denominado Parâmetros Curriculares Nacionais (1996;1997;1998). Conforme tratamos neste estudo, os PCN’ s objetivam fornecer um padrão curricular nacional, aplicável a todas as disciplinas do núcleo comum (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais; História e Geografia, Arte e Educação Física), acrescentando as temáticas transversais (Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual) (BRASIL,1996.)

A exemplo do que demonstramos nos dados da pesquisa, vale ressaltar que se entre esses temas, educação sexual e/ou da orientação, no contexto escolar é revestido de inúmeros tabus. E eles se iniciam na família a quem caberia, em princípio, oferecer aos seus filhos o espaço para discussão do tema e as orientações necessárias à construção mínima de saberes sobre a sexualidade, sexo, prazer, prevenção e suas consequências biológicas e sociais. Entretanto, isso não ocorre conforme atesta a maior parte dos estudantes entrevistados.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, em seu volume sobre Orientação Sexual, reproduzem a ideia segundo a qual, o fato de a família ter valores conservadores, liberais ou progressistas, professar alguma crença religiosa ou não, e a forma como o faz, determina em grande parte a educação das crianças. Pode-se

afirmar que é no espaço privado, portanto, que a criança recebe com maior intensidade as noções a partir das quais construirá sua sexualidade na infância.

As orientações contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais quanto à orientação sexual pretendem que dentro da escola institucionalizada haja articulação de métodos didático-pedagógicos para disseminar informações sobre a promoção da saúde das crianças e dos adolescentes. A existência desse trabalho possibilita também a realização de ações preventivas às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS de forma mais eficaz; bem como, contribui com a prevenção o de problemas graves como o abuso sexual e a gravidez indesejada.

Fato é que a escola enquanto detentora da educação formal deve, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, participar nesse processo de difusão e orientação sobre a sexualidade humana e extrapolar a fórmula clássica de instruir os alunos sobre os processos reprodutivos humanos, centrados na compreensão da função e do funcionamento dos sistemas reprodutivos masculinos e feminino.

Concretamente, a linha mestra sobre orientação sexual no contexto escolar defendida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, repousa no compromisso em desenvolver conteúdos que abordem a sexualidade como algo inerente ao ser humano, que se manifesta desde o momento do nascimento até a morte, de formas diferentes a cada etapa do desenvolvimento.

Ao longo das leituras aqui promovidas sobre educação sexual e orientação sexual no contexto escolar, aliadas às percepções colhidas na pesquisa junto ao Colégio Estadual Barão de Mauá confirmaram-se a inexistência de programas e propostas pedagógicas permanentes, específicas para a abordagem da temática. Esta escola segue mantendo as discussões restritas às aulas de Ciências Biológicas ou Biologia cujo enfoque concentra-se no estudo dos aparelhos sexuais masculino e feminino. Importa ressaltar que também as aulas de Filosofia e Sociologia eventualmente são palco de discussões sobre orientação sexual, cujo enfoque são os aspectos sócio jurídicos quando são debatidas questões sobre homossexualidade.

As dificuldades apontadas resultam em práticas didático-pedagógicas para o ensino do componente orientação sexual, que enfatizam o modelo biológico reprodutivo. A falta de aprofundamento em questões como identidade sexual, papéis sexuais, gênero, preconceito, homossexualidade, transexualidade, direitos humanos para minorias sexuais, etc., limita o potencial desse espaço para a construção da

cidadania dos educandos numa perspectiva de vivências sexuais coerentes, responsáveis e conscientes.

O universo escolar brasileiro ao inclinar-se sobre o ensino de orientação sexual apresenta como realidade incontestável o fato segundo o qual, os professores não possuem adequado preparo sobre sexualidade na sua formação. Por isso, trabalhar conteúdos que envolvem esta temática e suas especificidades no ambiente escolar é considerado tema delicado e difícil.

A realidade concretamente visualizada na já mencionada escola pública aponta os problemas mais recorrentes em termos dos temas transversais, especialmente a orientação sexual. Não há polêmicas, e não são incorporadas experiências do grupo, não produz discussões participativas.

Reitere-se que embora o ensino do tema transversal Orientação Sexual na escola estadual aqui seja reconhecido e considerado a válido a concretização dessa ideia, esbarra num conjunto de obstáculos que podem ser a seguir descritos: a) despreparo o professor pra falar sobre o tema; b) influência dos valores morais e religiosos das família dos alunos; c) desconforto, preconceito em politizar as discussões; d) resistência dos professores em realizar práticas pedagógicas interdisciplinares especialmente sobre um tema rico em polêmicas.

Conclusivamente este estudo pretendeu oferecer mais um olhar sobre a problemática do estudo e ensino escolares sobre Orientação Sexual, conforme previsto e concebido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, tendo revelado que não se constitui tarefa fácil de executar, dada as dificuldades de múltiplas origens que circundam seu efetivo exercício.

Considera-se a partir das leituras que se tratam do tema que este merece maciça abordagem reiterada e pedagogicamente dirigida, com foco na prevenção e também nas discussões sobre os fenômenos sociais associados aos fenômenos de gênero, aos direitos sociais correlacionados, ao combate ao preconceito, a descriminalização de algumas condutas e ou posicionamento sexuais.

Em suma as escolas, quer públicas ou particulares, devem incluir em seus projetos pedagógicos, instrumentos para o ensino e aprendizagem sobre orientação sexual /sexualidade. Trata-se de um tema presente diuturnamente na vida dos alunos que são levados ao convívio direto e indireto com o sexo sob todas as formas (televisão, cinema, música, festas populares) sendo este conteúdo, por vezes, transformado em apologia ao sexo. Entretanto, nem sempre se apresentam da

forma mais adequada as consequências desta prática prazerosa, necessária mais rica em consequências as quais devem ser conhecidas no ambiente escolar para além dos fatores biológicos.

5 - REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Atualizada até abril /2013. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br>. Acesso em: 20 de Ago. de 2016.

_____, **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. – 3. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm . Acesso em 26 de fev. de 2016.

_____, **Instituto Ayrton Senna. Relatórios de Resultados, 2013**. Disponível em: <http://www.institutoayrtonsenna.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Relatorio-Institucional-2013.pdf>. Acesso em: 20-08-2017.

_____, **Justificativa**. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf> >Acessado em: 01 de Abr.de 2016.

_____, LEI N.º 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19 de Set, de 2016.

_____, Ministério da Educação. **Orientações curriculares para o Ensino Médio**. Secretaria de Educação Básica, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 17 de Nov., de 2016.

_____, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/sintese.php>. Acesso em 22 de dez de 2016

_____, Plano decenal de educação para todos, Brasília: **Ministério da Educação**, 1993. Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/me002599.pdf>. Acesso em: 21 de Ago. de 2017.

_____. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS** (PCN´ s). Apresentação. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf> >Acessado em: 01 de Abr.de 2016.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**: Orientação Sexual / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1999. Disponível em; <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso em: 20 de Out.de 2016.

_____. **Supremo reconhece união homoafetiva:** A ADI 4277 artigo 1.723 do Código Civil que impeça o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar. Quinta-feira, 05 de maio de 2011. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931>> Acesso: 01 de mai. de 2016.

BEARZOTI, Paulo. **Sexualidade: um conceito psicanalítico freudiano.** *Arq. Neuro- Psiquiatr.* Mar 1994, vol.52, no.1, p.113-117. ISSN 0004-282X Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anp/v52n1/24> Acesso em: 08 DE Set.de 2016.

CANO, Maria Aparecida Tedeschi, FERRIANI, Maria das Graças Carvalho, GOMES, Romeu. **Sexualidade na adolescência:** um estudo bibliográfico. *Rev. latinoam. enfermagem, Ribeirão Preto*, v. 8, n. 2, p. 18-24, abril 2000. Disponível em; <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v8n2/12413>. Acesso: 19 de Out de 2016.

CECCARELLI, Paulo Roberto; SALLES, Ana Cristina da Costa. A invenção da sexualidade. In Reverso, **Revista do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais**, n.60, ano 32, Set. 2010. Disponível em: http://ceccarelli.psc.br/pt/?page_id=485 acesso em: 20 de Julh.de 2016.

CECCARELLI, Paulo Roberto. **PSICANÁLISE, SEXO E GÊNERO: ALGUMAS REFLEXÕES.** Disponível em: http://ceccarelli.psc.br/pt/wp-content/uploads/artigos/portugues/doc/psicanalise_e_genero.pdf. Acesso em 15 de Dez. 2016

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia:** introdução à ciência da sociedade / Maria Cristina Castilho Costa. – 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

CURVO, Raul Murilo Chaves, **Comparação entre as Grandes Crises Sistêmicas do Sistema Capitalista (1873, 1929 e 2008).** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

DANELUZ, Mariluci. **Escola e Família – Duas Realidades, um Mesmo Objetivo.** Disponível em: <http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/1/Artigo%2011.pdf>. Acesso em: 28 de jul de 2017.

DESSEM, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano.** 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 13 de Out, de 2016.

DIAS, Ana Cristina Garcia; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. **Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo.** *Paidéia (Ribeirão Preto)* [online]. 2010, vol.20, n.45, pp. 123-131. ISSN 0103-863X. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v20n45/a15v20n45.pdf>>. Acesso em: 28 de jan.2016.

DIAS, Ana Cristina Garcia; GOMES, William B. **Conversas sobre Sexualidade na Família e Gravidez na Adolescência: a percepção dos pais**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v4n1/a06v04n1.pdf> . Acesso em: 28 de jul. de 2017.

DORIN, Lannoy. **Psicologia da Adolescência**. Editora do Brasil S.A.- São Paulo 1975.

DUARTE, V.; CHRISTIANO, A. P. **A história da sexualidade**. In: XIV Semana da Educação, 2012, Londrina. XIV SEMANA DA EDUCAÇÃO PEDAGOGIA 50 ANOS: DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS À UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/arquivos/anais/2012/anais/ensinofundamental/ahistoriadasesexualidade.pdf> . Acesso em: 01 de Abr.de 2016.

FERREIRA, Guilherme Gomes; AGUINSKY, Beatriz Gershenson. **Movimentos sociais de sexualidade e gênero: análise do acesso às políticas públicas**. R. Katál. Florianópolis, v. 16, n. 2, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v16n2/08.pdf> . Acesso em:30 de Out.de 2016.

FOUCAULT, Michael. **História da Sexualidade: A vontade de saber**. Rio de Janeiro, edições Graal, 1988. Tradução de. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque, 1999.

FREUD, Sigmund. **Um Caso de Histeria e Três Ensaio Sobre a Sexualidade e Outros Trabalhos**. (1901-1905). Rio de Janeiro: Imago, 1996. Edição: Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud – Volume VII.

GALIAN, Cláudia Valentina Assumpção. **Os PCN'S e a elaboração de propostas curriculares no Brasil**. Cadernos de pesquisa v.44 n.153 p.648-669 jul./set. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v44n153/a09v44n153.pdf> . Acesso em:11 de Set.de 2016.

GARCIA, Lenise Aparecida Martins. **Transversalidade e Interdisciplinaridade**, 2007. Disponível em: <http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/garcia-transversalidade-print.pdf>. Acesso em:15 de Nov.de 2016.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias e COSTA, Sely Maria de Souza. Comportamento dos professores da educação básica na busca da informação para formação continuada. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ci/v32n3/19024.pdf> Acesso em: 25 de jul. de 2017

GIL, Antônio Carlos, 1946: **Como elaborar projetos de pesquisa** - 4. ed. - São Paulo :Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos Gil. – 6.ed. – 2. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

GONÇALVES, R. C; FALEIRO, J. H; MALAFAIA, G. **Educação Sexual no Contexto Familiar e Escolar: Impasses e Desafios.** Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/784/741>. Acesso em: 25 de jul de 2017.

GUEDES, Cristiane de Paula; NASCIMENTO, Karina Cataldo Silva do; ARAÚJO, Marianna Pucca de; SANTOS, Mariana de Mello e; NETO, Patrícia de Carvalho. **A Sexualidade Humana na perspectiva sócio histórica de Vygotsky,2009.** Disponível em: http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2004/ep127/Sexualidade_a.htm,>Acesso em 15 de Abr.de 2016.

HEILBRON, Maria Luiza. **Entre as Tramas da Sexualidade Brasileira.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n1/a04v14n1.pdf> Acesso em 15 de Abr.de 2016.

JOCA, Alexandre Martins; TORRES, Marco Antonio; REIDEL, Marina. **Educação e Diversidade Sexual.** Disponível em: http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/educacao_e_diversidade_sexual.pdf . Acesso em:11 de Set.de 2016.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARINHO, Julio Cesar Bresolin. **A educação em saúde como proposta transversal: analisando os Parâmetros Curriculares Nacionais e algumas concepções docentes.** v. 22, n.2, abr.-jun. 2015.

MATOS, Alaíde Arjona de; OLIVEIRA, Sônia Fernandes de. **Orientação Sexual na Escola. Contribuição da sexologia sobre o trabalho de orientação sexual na escola: Uma revisão bibliográfica,** 2011.Disponível em: <http://www.lambaridoeste.mt.gov.br/secretarias/educacao-e-cultura/artigos-dos-professores/59/view/619> ,acesso em : 20-08-2017.

MATTOS, Ana Helena de; FERREIRA, Antonio; JABUR, Simone Sartori. **O papel do Educador na Construção de uma Sexualidade Emancipadora no Colégio Estadual Gabriel de Lara em Matinhos-PR,**2008. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/388_912.pdf. Acesso em: 15 de ago.de 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf> Acesso em: 05 de abr. de 2016.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a Sexualidade.** 5. ed. Campinas: Papirus,1987. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/1258/material/Cesar%20A%20Nunes%20-%20Desvendando%20A%20Sexualidade.pdf> Acesso em :10 de Set.de 2016.

RAMIRO, Lúcia; MATOS, Margarida Gaspar de. **Percepções de Professores Portugueses sobre Educação Sexual.** Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102008000400015&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 22 de jul. de 2017

RODRIGUES, Adriana R.; SALLES, Gilsani Dalzoto. **Educação Sexual, Gênero e Diversidade Sexual: Formação de Professores e Alunas Multiplicadoras como Tecnologia de Ensino.** Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Adriana.pdf> Acesso em: 22 de jul. de 2017.

SANCHEZ, Patrícia; LAFUENTE, Iris; FERREIRA, Carolina. **Reincidência de Gravidez na Adolescência: Aspectos Psicossociais.** REVISTA UNIARA, v.15, n.2, dezembro 2012. Disponível em: http://www.uniara.com.br/legado/revistauniara/pdf/29/artigo_4.pdf Acesso: 25 de Out.de 2016.

SANTOS, Giovanna Aparecida Schittini dos. **Relações de gênero no livro V das Ordenações Manuelinas (Portugal - Século XVI).** Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308180091_ARQUIVO_comunicacao_giovanna_anpuh2011.pdf Acesso em: 14 de out. 2016

SCOTT JOAN, **Gênero: Uma Categoria Útil para Análise Histórica, 1989.** Tradução de: Christine Rufino Dabat; Maria Betânia Ávila. Disponível em: https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf

SERGIPE, Secretaria de Estado da Educação. **Parcial de alunos no município de Aracaju, ano 2015.** Disponível em: <http://www.seed.se.gov.br/redeestadual/municipio.asp?chkAno=2015&cdMunicipio=280301100308>. Acesso em 23 de Abr.de2016. Acesso em: 15 de Out.de 2016.

_____, Secretaria de Estado da Educação. Relatório do Colégio Barão de Mauá, 2011.Disponível em:http://www.seed.se.gov.br/arquivos/premio_gestao/Relatorio_Col_Barao_Maua-1.pdf. Acesso em :15 de Out.de 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu. Teorias do currículo: uma introdução crítica. Porto: Porto Editora. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 2 de Out, de 2016.

SOLOVIJOVAS, Aline Rodrigues et al. **Sexualidade em uma abordagem histórico cultural,2002.** Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2002/ep127/sexualidade.htm> Acesso em: 15 de Mai de 2017.

SOUSA, Luana Neres de. **A pederastia ateniense no período clássico: uma análise do Banquete de Platão e de Xenofonte.** ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0858.pdf>. Acesso em: 15 de Out. de 2016.

SPITZNER, Regina Henriqueta Lago. **Sexualidade e Adolescência: Reflexões acerca da Educação Sexual na escola**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá. Disponível: < <http://www.ppe.uem.br/>. Acesso: 20 de Nov. de 2016.

STEARNS, Peter N. **História da Sexualidade**. São Paulo: contexto, 2010.

SUPLCY, M. **Conversando Sobre seu Sexo**. Petrópolis/ RJ: vozes, 1998

TONELI, Maria Juracy Filgueiras. **Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate**. In JACÓ-VILELA, AM., and SATO, L., orgs. Diálogos em psicologia social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 147-167. ISBN: 978-85-7982-060-1. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 20 de Set, de 2016.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Vivências e Relatos sobre a Gravidez em Adolescentes, 2014**. Disponível em: https://www.unicef.org/lac/UNICEF_PLAN_gravidez_em_adolescentes_2015.PDF . Acesso em : 02 de Nov. de 2016.

VIANA, Claudia. **Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v23n2/a09v23n2> Acesso em: 25 de Set. de 2016.

YOUNG, Michel. **PARA QUE SERVEM AS ESCOLAS?** 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 12 de Out, de 2016.

ANEXOS

7.1 - APÊNDICE - A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O REPRESENTANTE OU RESPONSÁVEL LEGAL

Ao Responsável legal\Representante legal

Gostaríamos de obter o seu consentimento para que o (a) adolescente _____

estudante do Colégio Estadual Barão de Mauá, participe da pesquisa intitulada **ORIENTAÇÃO SEXUAL E ADOLESCENTES: UM ESTUDO NO COLÉGIO ESTADUAL BARÃO DE MAUÁ**. A referida pesquisa está sob supervisão da professora Dr^a Maria Cecília Tavares Leite, do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe.

A pesquisa será realizada na Escola a partir de entrevista, estruturada em roteiro aberto com dia e horário definidos com o entrevistado. Informamos que o nome dos entrevistados não será divulgado e haverá pleno sigilo em todas as etapas da pesquisa, garantido assim o anonimato.

Acerca do benefício, essa pesquisa estará contribuindo para que iniciativas como Projetos, Políticas Públicas e Programas, aproximem o tema Orientação Sexual do âmbito escolar.

Lembramos que, caso o(a) aluno (a) queira desistir de participar da pesquisa, pode o fazer a qualquer tempo, avisando assim, ao pesquisador.

Gostaríamos de deixar claro que a pesquisa é voluntária, não havendo custos para o (a) adolescente e nem pagamentos pela participação.

Os dados coletados serão utilizados somente para fins científicos como Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), publicação de artigo científico, entre outros.

Declaro que autorizo a participação do (a) adolescente na pesquisa. Estou ciente de que devo assinar as duas vias deste termo, uma ficará comigo e a outra deverá retornar com o(a) adolescente para a escola, autorizando a participação deste na pesquisa. Tenho conhecimento também, de que antes da

entrevista o(a) adolescente assinará um termo de consentimento livre e esclarecido semelhante a este.

Assinatura do representante legal

Data: ____ de ____ de ____

7.2 - APÊNDICE - B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O (A) ADOLESCENTE PARTICIPANTE DA PESQUISA

EU _____

adolescente e estudante do Colégio Estadual Barão de Mauá, estou ciente na participação da pesquisa intitulada **ORIENTAÇÃO SEXUAL E ADOLESCENTES: UM ESTUDO NO COLÉGIO ESTADUAL BARÃO DE MAUÁ**. A referida pesquisa está sob supervisão da professora Dr^a Maria Cecília Tavares Leite, do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe.

A pesquisa será realizada na Escola a partir de entrevista, estruturada em roteiro aberto com dia e horário definidos com o entrevistado.

Informamos que os nomes dos entrevistados não serão divulgados e haverá pleno sigilo em todas as etapas da pesquisa, garantido assim o anonimato.

Acerca do benefício, essa pesquisa estará contribuindo para que iniciativas como Projetos, Políticas Públicas e Programas, aproximem o tema Orientação Sexual do âmbito escolar.

Lembrando que, caso queira desistir de participar da pesquisa, pode o fazer a qualquer tempo, avisando, assim, as pesquisadoras.

Gostaríamos de deixar claro que a pesquisa é voluntária, não havendo custos para o (a) adolescente e nem pagamentos pela participação.

Os dados coletados serão utilizados somente para fins científicos como Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), publicação de artigo científico, entre outros.

Estou ciente de que li e compreendi este termo de consentimento, portanto, concordo em participar da pesquisa.

Assinatura do participante da pesquisa

Data: ____ de ____ de ____

Assinatura das pesquisadoras

Data: ____ de ____ de ____

7.3 - APÊNDICE - C: INSTRUMENTO DA PESQUISA

Nome do adolescente: _____

Roteiro da Entrevista

I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA

1.1 - Idade:

R: _____

1.2 – Sexo:

R: _____

1.3 – Série\Ano\ Turma\ Turno:

R: _____

1.4 – Ano que o aluno entrou no Colégio Estadual Barão de Mauá?

R: _____

1.5 - Renda familiar

R: _____

1.6 - Quantas e quais pessoas residem com você?

R: _____

II – QUESTÕES SOBRE ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

2.1 – Como você define orientação sexual?

R: _____

2.2 - Você concorda com abordagem do assunto no ambiente escolar?

Justifique.

R: _____

2.3 – No Colégio Barão de Mauá, ocorre orientação sexual em sala de aula?

R: _____

2.4 – Como é realizada a orientação sexual na sala de aula? Ela é realizada por todos os professores ou somente alguns?

R: _____

2.5 – Como ocorre a orientação sexual na sala de aula? Quais são os temas abordados e como esses temas são definidos? Você gosta?

R: _____

2.6 – Você gosta da forma como é realizada a orientação sexual nessa escola? Avalia que ela contribui para o adolescente conhecer mais sobre o tema? Justifique.

R: _____

2.7 - Como a escola pode trabalhar temas relacionados à sexualidade de maneira a incentivar o aluno na participação dos debates?

R: _____

2.8 - Na sua opinião os profissionais do Colégio Barão de Mauá estão aptos para compreender o desenvolvimento da sexualidade na adolescência? Justifique.

R: _____

2.9 - Existe projeto(s) com o tema sexualidade na escola? Se há, qual (is) são? Como os alunos participam?

R: _____

3.0 - Você avalia que o Colégio Barão de Mauá contribui efetivamente na discussão sobre gravidez na adolescência, sobre AIDS e outras doenças Sexualmente Transmissíveis?

R: _____

3.1 Na sua concepção qual ou quais os motivos de a escola não trabalhar o tema de maneira efetiva?

R: _____

3.2- Quando os alunos estão conversando acerca de assuntos relacionados à sexualidade na sala de aula, qual a atitude do professor? Ele interage com os alunos? Você concorda com a atitude dele?

R: _____

3.3- Quais os assuntos acerca do tema que você gostaria que a escola trabalhasse?

R: _____

Obrigada!